

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Serviço Social

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL:
ELEMENTOS HISTÓRICOS**

Ricardo Hahn

Florianópolis
2011.2

RICARDO HAHN BARBOSA DE SOUZA

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL:
ELEMENTOS HISTÓRICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dr^o Ricardo Lara

Florianópolis

Novembro de 2011

RICARDO HAHN BARBOSA DE SOUZA

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL:
ELEMENTOS HISTÓRICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do curso de Graduação em Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento ao requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA
EM FLORIANÓPOLIS, 11 DE NOVEMBRO DE 2011.

Prof. Dr. Ricardo Lara (Orientador)

Profa. M^a. Mirella Rocha – UFSC

Assistente Social Carolina Costa Rodrigues – Mestranda – UFSC

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1 A Emergência do Serviço Social.....	09
1.1 Gêneses do Serviço Social no Brasil.....	09
2 Formação do Projeto Ético-Político e a Ruptura com o Conservadorismo.....	14
2.1 Tempos de Ditadura.....	14
2.1.2 Retrospectiva do Movimento Sindical no Brasil.....	19
2.2 O Pensamento Marxista, os Projetos de Classe e o Serviço Social.....	19
3 As Transformações no Serviço Social e a Abertura Democrática.....	21
3.1 Reconceituação do Serviço Social.....	31
3.2 Os Códigos de Ética 1986 e de 1993.....	37
3.3 Componentes que Materializam o Projeto Ético-Político.....	39
4 O Serviço Social no do Atual Contexto.....	41
4.1 O Serviço Social e a Pós-Modernidade.....	42
4.2 O Trabalho do Assistente Social.....	45
4.3 A Formação Acadêmica.....	47
CONDIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso se propõe a estudar a história do Serviço Social brasileiro e a construção do seu Projeto Profissional. O objetivo é identificar a formação da profissão no Brasil e os principais elementos que compuseram a identidade do Assistente Social e a conformação do projeto ético-político.

A idéia predominante no interior da categoria é que o Serviço Social é uma profissão que tem como “objeto” de trabalho a questão social. Entendendo, resumidamente, a questão social como o produto da contraditória relação entre capital e trabalho. Isso significa o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, em que se constata que a produção da riqueza é cada vez mais coletivizada e o lucro é cada vez mais privado, acirrando os antagonismos de classes.

Ainda, pode-se dizer que o Serviço Social trabalha inserido na realidade cotidiana vivida pelos sujeitos que compõem a sociedade. Em suma, é um profissional interveniente na vida social.

Aparentemente, pode-se afirmar também, que a sociedade – e a vida social – é dinâmica, estando em movimento e em alterações permanentemente, manifestada nas produções científicas, no desenvolvimento da linguagem, nas criações artísticas, nas manifestações culturais, ou ainda na vida política, na economia, nas políticas sociais, nas organizações populares, etc. Justamente por isso, pode-se afirmar que a questão social se manifesta sob diversas formas metamorfoseadas em cada conjuntura histórica, incidindo sistematicamente sobre o “objeto” de trabalho do Serviço Social.

Destas premissas, percebe-se, portanto, a perene necessidade da *formação de um profissional que esteja conectado com seu tempo e que tenha ao mesmo tempo um aporte que subsidie sua intervenção profissional*. Para isso, demanda-se uma postura *crítica e teoricamente competente, possibilitando a desmistificação do cotidiano reificada na sociedade capitalista*.

Partindo deste pressuposto, este trabalho de conclusão de curso se propõe resgatar a história da profissão, no intuito de trazer à luz do conhecimento aos profissionais de Serviço Social o processo que consubstanciou a identidade profissional e o projeto ético-político hegemônico, contribuindo assim ao debate sobre a correlação deste projeto no presente e no futuro. Para tanto, parte-se do entendimento, que o Serviço Social brasileiro apresenta particularidades que o diferem de outras profissões. Refere-se ao conteúdo ético, cujos elementos extrapolam os limites da auto-regulação profissional, abrange um projeto de sociedade, que nas palavras de Netto:

diz respeito a que os elementos éticos de um projeto profissional não se limita a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional. (2006, p. 148)

É comum no debate acadêmico e profissional o questionamento acerca da correspondência do projeto profissional com a realidade vivida no cotidiano profissional; das possibilidades impostas pelo espaço sócio-institucional; do esgotamento da profissão – pela “consolidação” de um “projeto societário”; ou ainda por uma “suposta contradição” da profissão – que negaria a existência da mesma. Tais condições levam ao costumeiro jargão que “a teoria na prática é outra”. Desta forma, evidencia-se a permanente necessidade da auto-reflexão enquanto profissional. Deste modo, conhecer a origem da profissão evidencia-se como a primeira etapa deste exercício.

Justifica-se também este trabalho de conclusão de curso, pela tentativa de resgatar à luz do conhecimento, a trajetória histórica da profissão, entendendo que este conhecimento permita subsidiar estudos futuros que pretendam responder as questões postas sobre a temática das relações de trabalho do Serviço Social, balizando o debate e as indagações comuns na profissão, como sinalizado anteriormente.

Foram estes elementos e a inquietude de entender estas relações postas na profissão, que antecederam ao projeto de pesquisa do qual originou este trabalho de conclusão de curso.

Nesses termos, busca-se descrever quais foram os elementos históricos (ou as passagens históricas) que conformaram o atual projeto ético-político da profissão. Assim, aqui divide estes momentos em Conceitos Operacionais¹. Busca-se, portanto, estudar a história da profissão, desde o surgimento no Brasil, até a aprovação do atual Código de Ética, descrevendo as contingências históricas e sua incidência sobre o Serviço Social e, especificamente, sobre a conformação do projeto ético-político profissional dos assistentes sociais.

Sinaliza-se aqui, portanto, a importância de conhecer a história da profissão, tendo *como intuito principal, a compreensão do processo de construção do projeto ético-político e da identidade profissional*, entendendo que isto é de suma importância na justificação do exercício profissional e no enfrentamento das demandas ocorrentes.

Esta pesquisa tem por objetivo *descrever a historicidade da profissão destacando os principais momentos da profissão que incidiram sobre o atual projeto ético-político. Optou-se por uma metodologia² de pesquisa³ qualitativa⁴ e para tratamento dos dados utilizam-se técnicas de*

¹ É a palavra ou expressão estratégica à elaboração e /ou expressão de uma ideia [...] são ferramentas indispensáveis para o início de uma pesquisa, porque eles permitem ao Pesquisador um primeiro domínio sobre as palavras ou expressões que são estratégicas à formulação ou ao entendimento de um texto ou Tema; ou seja, fornecem uma primeira compreensão estrutural do texto ou apresentam uma primeira visão estrutural do tema [...] é a ferramenta útil tanto para o início de pesquisa quanto para o início da pesquisa temática. (Pasold, 2011, p. 34 – 35)

² La metodología es precisamente un conjunto de métodos que tiene por función adaptar los preceptos teóricos a la producción de los datos. (Sauto, R; Boniolo, P. Dalle, P; Rodolfo, E., 2005, p. 151)

³ Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade [...] embora seja uma atividade prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da

pesquisa bibliográfica⁵, com análise de livros e artigos com ampla difusão no interior da categoria *profissional*.

A elaboração deste trabalho teve como referências principais: José Paulo Netto, Maria Lúcia Martinelli e Marilda Villela Iamamoto. Todavia, deve-se pontuar que esses autores apresentam divergências entre si, e, sobretudo acerca do trabalho profissional⁶. No entanto, a escolha desses autores não teve por intenção estabelecer um marco de estudo difuso e *tampouco estabelecer um debate entre eles*. Se tratando de uma descrição histórica, e não uma interpretação analítica, ou seja, a própria natureza da pesquisa, permitiu que se optasse por materiais que melhor expusessem os momentos históricos específicos.

Cabe mencionar também, que se buscou em outros autores, informações suplementares que auxiliaram na consolidação deste material com especial destaque a Josiane Soares Santos, muito recorrida no do debate da questão da Pós-Modernidade e Maria Lúcia Silva Barroco com suas contribuições acerca da questão ética.

Ressalva-se, ainda que não se tenha delimitado um marco-teórico específico, como já explicado, a elaboração – e a leitura – desse material conduz a interpretação que a profissão participa da produção e reprodução da vida social sendo historicamente determinada pela conjuntura social, política e econômica, que nas palavras de Netto (1996, p. 89 *apud* Miranda; Cavalcanti, 2005, p. 4):

as profissões não podem ser tomadas apenas como resultados dos processos sociais macroscópicos – devem também ser tratadas cada qual como corpus teóricos e práticos que, condensando projetos sociais (donde as suas inelimináveis dimensões ídeo-políticas), articulam respostas (teleológicas) aos mesmos processos sociais.

O trabalho de conclusão de curso está organizado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo – *Emergência do Serviço Social* – resgata o nascimento do Serviço Social brasileiro e suas primeiras formas de trabalho. Já na década de 1930, notava-se a efervescência no campo das lutas sociais e a organização dos trabalhadores nas reivindicações trabalhistas e sociais. Os

investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. (Minayo, 2007, p. 16)

⁴ Responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado [...] a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2006, p. 21-22)

⁵ É o conjunto dos livros e artigos escritos sobre determinado assunto, por autores conhecidos e identificados ou anônimos, pertencentes a correntes de pensamento diversas entre si, ao longo da evolução da humanidade. A pesquisa bibliográfica consiste no exame desse material, para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto que assumimos como tema de pesquisa científica. (Ruiz, 1996, p. 58)

⁶ No livro *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*, Iamamoto dedica uma seção sobre o debate feito acerca das particularidades do trabalho do assistente social. Apresenta a produção teórica feita sobre este debate e as teses lançada sobre essa questão, elencado, evidentemente, as teses destes três autores.

mecanismos de controle deste período político, marcadamente pela repressão policial, já não eram mais eficazes. Ao mesmo tempo, a Igreja Católica vinha sofrendo um grande perca de seus fiéis e um desprestígio frente à sociedade. Percebendo esta situação estes dois setores, conjuntamente, promoveram a vinda do Serviço Social ao Brasil, vendo na figura do Assistente Social, um potencial agente regulador das “disfunções sociais”. Foi deste pacto que em 1932 teve a criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil. A criação do Serviço Social teve um duplo interesse: recuperar o prestígio da Igreja Católica junto a sociedade, baseando suas ações em práticas filantrópicas; e a criação de “iniciativas” que amortecessem a tensão entre os patrões e o operariado, restabelecendo o controle patronal via políticas assistencialistas.

O segundo capítulo – *Formação do Projeto Político e a Ruptura com o Conservadorismo* - descreve o processo do Golpe Militar de 1964 e as políticas da Ditadura, situando o Serviço Social desde o pré-1964 até a falência do Regime Militar. Este período ficou marcado pelas políticas modernizadoras, levado a cabo pela política econômica do chamado “milagre brasileiro” ajustadas aos moldes do capital internacional; pelos Atos Institucionais - decretos para legitimação e auto-reprodução do regime; e por fim, a expansão das políticas sociais ajustadas ao crescimento econômico, que requereu massivamente o trabalho dos Assistentes Sociais para implementação e gestão destas políticas. Ainda neste capítulo se apresenta a concepção de Netto sobre *Projeto Coletivo, Projeto de Classes e Projeto Profissional*, e a forma como o marxismo incidiu no Serviço Social.

O terceiro capítulo – *As Transformações no Serviço Social e a Abertura Democrática* – debate a segunda metade da década de 1970, sintonizado com os movimentos operários e com os movimentos sociais pró-democratização o Serviço Social encontra as bases para germinar uma nova identidade profissional. Foi inserido nestes movimentos e como parte deste contexto histórico que o Serviço Social encontra ressonância no interior da categoria numa perspectiva de rompimento com o conservadorismo existente na profissão.

Balizado pela teoria crítica marxista, o Serviço Social tem como um de seus marcos o emblemático III CBAS de 1979, conhecido como “Congresso da Virada”, ou seja, o Serviço Social faz uma clara opção de comprometimento com a classe trabalhadora, entendendo a sociedade como a sociedade da luta de classes.

O Movimento de Reconceituação demandou, sem dúvida, uma nova redação do Código de Ética Profissional, de forma que em 09 de maio de 1986 temos a aprovação de um novo Código. Este código é fruto da eclética discussão que se fazia no interior profissional. Ele carregava consigo um teor de classe, ou seja, como se uma classe fosse, a priori, detentora dos valores positivos de uma sociedade. (Barroco, 2001, p. 177). Sua forma denotava um caráter mecanicista e desvinculado da questão da alienação. Nesses termos discutir as questões ontológicas que alicerçam o código se mostrou necessária.

Foi a partir da reformulação do Código de 1986 que temos em 15 de março de 1993 a aprovação do atual Código de Ética Profissional, que se propôs a superar as fragilidades do código anterior, e agora, do Neoconservadorismo revivido com a reforma do Estado.

O quarto capítulo – *O Serviço Social Diante do Atual Contexto* – expõe os desdobramentos do exercício profissional do final século XX e começo do século XXI. Para tanto, é apresentado algumas características do trabalho profissional e da formação acadêmica deste período. No final do século XX, o governo leva a cabo políticas de reforma do Estado tendo como objetivo enxugar os gastos públicos para recuperação da economia nacional, trata-se do neoliberalismo. O desafio agora é consolidar os preceitos do Projeto ético-político e do Código de 1993, respondendo as demandas da questão social, sem ao mesmo tempo retroceder as práticas conservadoras. Nesse momento, o paradigma da Pós-Modernidade apresenta-se como alternativa a interpretação das relações sociais. Este paradigma encontra espaço no campo profissional, estabelecendo um debate quanto a direção do projeto hegemônico.

Por fim, apresentam-se as considerações finais em que se apontam sumariamente algumas passagens referidas neste trabalho, fazendo algumas avaliações, e ainda sugere alguns desafios a ser trabalhado em toda categoria.

1 A Emergência do Serviço Social

Para compreender o Serviço Social brasileiro, a forma como ele se processa cotidianamente, sua proposição ética no exercício profissional ou ainda para compreender a opção do atual projeto ético-político, deve-se perceber a construção histórica da profissão e seus desdobramentos desde sua criação.

Com este intuito, o capítulo que segue pretende expor a origem do Serviço Social brasileiro até o pré-1964, marcado, respectivamente, pelo nascimento da profissão e a primeira crise ideológica da categoria.

1.1 Gêneses do Serviço Social no Brasil

O amadurecimento do movimento operário, empreendido principalmente entre os anos de 1917 e 1921 empunhava à Primeira República uma conjuntura política e social em que a luta de classes se revelava como uma realidade presente da qual os mecanismos de controle estatal, marcados pela repressão policial, já não eram mais eficazes.

A conjuntura histórica nacional era delicada. Além dos avanços dos movimentos operários, havia a disputa política entre os tenentistas e os setores políticos mais tradicionais, o temor da imersão de idéias comunistas no movimento operário e, ainda, o distanciamento do governo central que vinha se afastando da burguesia paulistana.

Em meio a esse contexto, a burguesia demandava uma prática social capaz de reproduzir a lógica capitalista e ao mesmo tempo atuar com o subproduto do capitalismo. Para isso, a burguesia tratou de se apropriar do trabalho filantrópico das igrejas adequando as suas necessidades. A filantropia neste momento passa ter uma função ideológica e de controle social, contribuindo indiretamente para a expansão do capital. (Martinelli, 2005, p. 126)

Esta prática exigiu uma figura capacitada que tivesse uma função social e, mais ainda, econômica de fundo ideológico, assemelhada a do assistente social. Para tanto, a burguesia em conjunção com a Igreja Católica promoveram a vinda do Serviço Social para o Brasil, que em princípio teve um duplo objetivo: por um lado promover a aceitação do capitalismo, absorvendo seus antagonismos e reproduzindo os valores éticos do liberalismo e por outro lado, resgatar o prestígio e a hegemonia da Igreja Católica junto às classes subalternas e às famílias operárias sob influências de idéias comunistas.

Em 1932 foi criado o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS. Este centro teve como proposta capacitar agentes disseminadores da prática social. No CEAS se realizou o primeiro curso de ação social, chamado de Curso Intensivo de Formação Social para Moças, ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneaux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. Este primeiro curso foi composto de jovens católicas, sendo algumas participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, pertencentes a famílias burguesas de São Paulo. (Martinelli, 2005, p. 123).

Atentos as organizações operárias, a burguesia uniu-se ao Estado e a Igreja, somando esforços para conter estes movimentos. Com este intuito incorporaram o Serviço Social para implementar políticas assistenciais atenuando os conflitos de classes. Foi através dessa atuação que ocorre a institucionalização do Serviço Social brasileiro, que teve em sua clientela a classe operária, servindo aos setores dominantes como ferramenta para sua legitimação.

Representando um fenômeno típico da sociedade capitalista em sua fase monopolista, o Serviço Social surge como profissão atrelada aos setores dominantes e a Igreja, disseminando, respectivamente, a ideologia dominante e à doutrina Católica de modo a garantir a reprodução do modo de produção capitalista e das relações sociais que sustentam o trabalho alienado. (Miranda; Cavalcanti, 2005)

Reafirmando esta idéia, Martinelli (2005, p. 123-124) fala que:

Penetrando em sua essência e desvendando a complexa trama de articulação que o envolveram, o que se tem é o seu caráter estratégico, é a sua natureza de projeto conservador, burguês, impregnado pela concepção de política e de ação social produzidas pela visão de mundo da burguesia. Nela, tanto um quanto outra configuravam mecanismos de preservação do seu poder hegemônico, de contenção e controle das lutas sociais, além de guardarem, de acordo com sua ótica, uma força disciplinadora capaz de garantir a difusão do modo capitalista de pensar e sua interiorização pela classe trabalhadora. Enfim, a identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital. Tal identidade era, portanto, especialmente útil para burguesia, pois, além de lhe abrir os canais necessários para a realização de sua ação sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda sociedade. Através dessa mistificação do capitalismo, o Estado e a classe dominante procuravam materializar sua política controlista e repressiva, situando-a como um instrumento indispensável para garantir a ordem social. As práticas assistenciais desenvolvidas nos vários Estados brasileiros, ao longo dos anos de 1930 e 1940, e os eventuais benefícios concedidos aos trabalhadores, através de empréstimos, assistências médica, social e auxílios materiais, encobriam as reais intenções subjacentes. Reproduziam a nebulosidade que caracterizava a política social concebida no Estado liberal burguês, da qual eram parte e expressão. Tal política, durante a década de 30, sofrera significativa e estratégica alteração em sua estrutura interna, tornando-se ainda mais rigorosa e controlista em relação aos movimentos dos trabalhadores. Seu objetivo era abafar

tais movimentos e controlar o nível de tensão da sociedade, que atingia seu ápice a cada momento, em setores diversificados, expressando-se através de manifestações coletivas, de paralisações e greves.

Nesta mesma direção, o governo implementava uma manobra política que cooptava a classe trabalhadora com a criação de organismos normatizadores e disciplinadores das relações de trabalho, a saber: o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e as Juntas de Conciliamento e Julgamento. Desse modo, se reduzia a luta a partir de sindicatos autônomos transferindo-se para um sindicato oficializado, corporativo e controlado pelo Estado. Estas práticas, ainda, eram encobertas pelo discurso de restauração da ordem social tendo grande aceitação nos setores conservadores.

Ao passo que estes serviços incidiam sob as demandas mais prementes da sociedade, conferiam-lhes a ilusão de um Estado paternal preocupado com o cidadão. Essa faceta, presente em toda ditadura varguista, marcada por um discurso social, revelava-o como um Estado paternalista e populista, mas que ao mesmo tempo, explorava os trabalhadores. Expressão característica dessa política de Estado foi a ampliação dos espaços para ação social com a criação de instituições estatais e paraestatais que cabia a operacionalização das políticas governamentais que se somavam aos Institutos de Pensões e Caixa de Previdência. (Martinelli, 2005, p. 126)

Nesse contexto, deve ser considerado ainda, que o fetiche da prática, presente na sociedade, desde o princípio, permeava o Serviço Social no Brasil. Assim, os assistentes sociais sempre foram recorridos a situações de urgências e prontidão às necessidades mais prementes. Esta prática impossibilitava os assistentes sociais de qualquer tentativa de uma reflexão crítica acerca do seu trabalho, relegando uma ação espontânea, alienada e alienante, produzindo, uma vez mais, ações convergentes ao interesse da classe dominante alinhando-se aos limites políticos ideológicos que a burguesia estabelecia sob os trabalhadores.

Atravessado pela alienação presente na sociedade capitalista, permeando o corpo profissional, o Serviço Social se afastou do campo das relações sociais e, com efeito, assumiu uma identidade assentada aos padrões burgueses. Doravante se formava uma barreira que impedia a construção de uma consciência social, consciência política e por fim, uma identidade profissional própria do Serviço Social. (Martinelli, 2005)

Distanciado dos trabalhadores, o Serviço Social ainda caminhava em sentido oposto. Não respondia ao projeto da classe trabalhadora e tampouco as reivindicações coletivas, ao contrário. Mesmo que promovesse alguma benesse à família ou a situações individuais ou ainda melhorasse as condições do lar ou mesmo do trabalho, ela atendia mais ao capitalismo

do que ao trabalhador. De tal forma, mistificava a natureza das demandas, reduzindo as reivindicações do coletivo para o individual, caracterizando-se como um aparelho de controle social e ajustamento das relações sociais. Em contrapartida, para seus agentes - agentes cristãos - tratava-se de uma ação fraternal.

Sob o ímpeto da política legalista e corporativa e da utilidade que vinha demonstrando ao projeto hegemônico, o Serviço Social não demorou para ser inserido na divisão social do trabalho como atividade legalmente reconhecida⁷, bem como, seu ensino normatizado. Apresentando grande importância, não tardou para que o Estado, sobretudo a partir da década de 1940, se despontasse como o grande empregador de assistentes sociais, aumentando, dessa forma, também, seu controle sobre as categorias profissionais.

Tal expansão que, ainda perdurou pelas duas décadas seguintes, trouxe mudanças para prática do Serviço Social. Se até então se tinha uma influência franco-belga, a partir da integração do Brasil ao bloco dos aliados (na II Guerra Mundial), o Serviço Social passou a ter uma maior proximidade com as experiências norte-americanas. Isso porque dessa aliança resultou várias consequências ao país ao que tange a esfera econômica, política e social, tendo-se em vista as estratégias dos Estados Unidos de ganharem hegemonia em todo continente.

Todavia, essa transformação na abordagem do Serviço Social não significou o rompimento com ações alienadas e alienantes reificadas na prática. O processo de ruptura dessas práticas começa a partir da crescente demanda por Assistentes Sociais, visto a eficiência que se mostrava no cotidiano que a muito servia à classe dominante. (Martinelli, 2005, p. 131-132)

Breve começou o ingresso de pessoas na profissão que não mais pertenciam a uma elite burguesa. Em geral eram pessoas provenientes da pequena burguesia que tinham um histórico de participação em instituições sociais. Este contingente não estava comprometido

⁷ Em São Paulo, já desde 1935 o Serviço Social vinha desenvolvendo atividade profissional legalmente inserida em organismos públicos, no caso o Departamento de Assistência Social, subordinado à Secretaria da Justiça (Lei n.º 2497, de 24.12.1953). A legislação estadual, a partir de 1938, passou a conceder prerrogativas aos assistentes sociais, tornando privativo desses profissionais o exercício de cargos relacionados com o menor e a família, na estrutura do Serviço Social de Menores (Decreto Estadual n.º 9744, de 19.11.1938) e no Departamento de Serviço Social do Estado (Ato n.º 57, de 25.11.1940). Em âmbito federal, em 1938, através do Decreto-lei n.º 525, de 1.º.07.1938, organizou-se o Serviço Social como uma estrutura de serviço público, para dar atendimento ao disposto na Carta constitucional de 1934, segundo a qual ficava estabelecida a responsabilidade do Estado pelos desamparados. O mesmo decreto criou também o Conselho Nacional de Serviço Social, inserido na estrutura do Ministério de Educação e Saúde. A grande abertura para o social da ditadura varguista foi, porém a Legião brasileira de Assistência, criada sob o impacto da II Guerra Mundial, em 1942. Sua organização definitiva e seu funcionamento foram autorizados através da Portaria n.º 6013, de 1.º.10.1942. Através da Portaria n.º 35, de 19.04.1949, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Serviço Social foi enquadrado no 16.º grupo de profissões liberais. (Martinelli, 2005, 129).

com ideais religiosos e tampouco com a disseminação de uma ideologia burguesa. Sua busca era por uma profissão, ou pela qualificação profissional ou, ainda, por melhores salários. (Martinelli, 2005, p. 134)

Esta diversificação introduziu no seio da categoria diferentes visões de mundo e posicionamento diversos acerca do trabalho profissional, possibilitando a partir da pluralidade, do contrário, da divergência a reflexão da prática profissional e a consequente ruptura com a alienação. Pela primeira vez os “agentes-críticos” puderam perceber o caráter conservador e burguês existente na profissão. Pode-se dizer que foi a partir dessa mudança no corpo profissional que se teve a gênese do processo de ruptura com o conservadorismo existente na profissão e a posterior Reconceituação do Serviço Social brasileiro.

Ainda, Miranda e Cavalcanti (2005, p.7) apontam que a crise ideológica, política e de eficácia da profissão surgem das contestações feitas acerca da burocratização do Serviço Social, da sua natureza importada e sua ligação com as classes dominantes, apontando para uma ruptura com esta prática.

2 Formação do Projeto Ético-Político e a Ruptura com o Conservadorismo

O período da ditadura militar é um momento ímpar na história do país. Levado a cabo por setores burgueses aliados a forças exteriores, foi um movimento que teve uma dupla intenção: o ajustamento econômico do país aos moldes do capital internacional; e o cerceamento de forças revolucionárias espelhada principalmente na experiência soviética.

É na tensão desse período – mas propriamente no final deste ciclo - que o Serviço Social se aproxima do pensamento marxista e da luta da classe trabalhadora, repensando sua posição na sociedade e posteriormente rompendo com o conservadorismo existente na profissão.

2.1 Tempos de Ditadura

O golpe militar de 1964 foi resultado de um processo político que englobou o panorama que o país estava inserido, mas principalmente como estava traçada a relação com o capitalismo internacional. Além da crise econômica que assolava o país desde o governo de Janio Quadros, o golpe deu-se com o intuito de zelar pelos interesses do capital internacional e da sua divisão capitalista do trabalho, atendendo, sobretudo aos interesses norte americano, que se diga, tutelou e financiou o golpe militar brasileiro e em outros países da América Latina. Estes eventos ocorridos tinham um viés contra-revolucionário.

A justificativa do golpe pode ser resumida, em primeiro lugar, para o ajustamento do desenvolvimento capitalista nacional aos padrões econômicos exteriores, alinhando-se a internacionalização do capital; num segundo momento, impedir qualquer movimento que se contrapunha a inserção subalternizada do país nas relações econômicas internacionais; e finalmente, cercear a cooptação de setores por organizações hostis ou alternativas ao capitalismo – revolução e/ou socialismo. (Netto, 1996)

No entanto, é preciso entender que além do cenário internacional (e da promoção e financiamento), a justificativa e o êxito do golpe só foram possíveis dado o cenário nacional daquele momento. A organização econômica atrasada, baseada no latifúndio com produção para exportação; o impedimento de participação popular dos processos decisórios e políticos; e por fim, a marcante presença de um Estado elitista, que continha o desenvolvimento da economia privilegiando, redundantemente, esta elite.

A partir de 1956, o país passou por uma reordenação do padrão de acumulação. Com o processo de industrialização pesada, tornou-se necessário empreender novas formas de financiamento visto a iminente crise do sistema econômico, endógeno do desenvolvimento capitalista nacional. A solução econômica, portanto, baseava-se, segundo Netto (1996, p. 21), em “um rearranjo nas relações entre Estado, o capital privado nacional e a grande empresa transnacional”.

Neste ínterim houve uma tentativa de golpe que culminou na renúncia de Janio Quadros (agosto de 1961), mas apesar da renúncia do presidente, o intento fracassou. Foi neste momento que forças democráticas ganharam maior respaldo e visibilidade havendo uma interação com o governo de João Goulart que se tornou presidente. Estas forças começaram a ocupar espaços significativos e estratégicos dentro do aparelho estatal.

Formada por protagonistas políticos, comprometidos com a massa da população e com os setores mais subalternizados, colocavam em questão o curso da história do país: “o capitalismo sem reformas e a exclusão das massas dos níveis de decisão”. (Netto, 1996, p. 22). É neste mesmo momento que se dá o ingresso dos trabalhadores, urbanos e rurais no cenário político, do qual ganhava ressonância dentro do aparelho estatal, engendrando uma conjuntura não necessariamente revolucionária ou pré-revolucionária, mas com solo fecundo para formação de um sistema democrático, alternativo, controverso ao sistema capitalista, ou mais precisamente à exploração imperialista e latifundiária, e ainda, apontava para reestruturação do padrão econômico e da democratização da sociedade e do Estado podendo formar uma nova hegemonia de ordem popular. Tal conformação poderia levar a cabo os rumos do desenvolvimento econômico: associado, dependente e excludente ou de reformas democráticas e nacionais, antiimperialista e antilatifundiária. (Netto, 1996)

Era forte o tensionamento político entre as forças democráticas e os capitalistas, desencadeando assim o processo do golpe. Nesta conjuntura dois elementos merecem destaques, a conjectura que o “legitimou” e o oportunismo dos setores burgueses. O primeiro elemento: a conjectura - os impactos da crise econômica que assolava o país, o advento da organização econômica e do padrão de produção de governos anteriores, acabaram por levar à destituição da autonomia política que detinha as alianças de Goulart em relações as decisões econômicas, e potencializadas pelas naturais divisões que perpassam o campo democrático. E o segundo elemento: o oportunismo dos setores burgueses - que se alinharam no sentido de neutralizar as forças democráticas e, com efeito, a direita conseguiu cooptar rapidamente

setores da sociedade, utilizando, obviamente, parte do aparelho estatal que estavam em seu domínio.

A burguesia nacional não tinha meios próprios de se efetivar como força política, ficaria, portanto, a mercê das projeções de um governo popular e democrático que influía também sob os rumos da economia. Restava então, como opção para esse setor, aliarem-se às forças imperialistas as quais não mostravam riscos ao capital e que ainda conseguiriam neutralizar as movimentações democráticas.

O primeiro momento do governo militar caracteriza-se pela tentativa de legitimar-se. Contudo, as medidas racionalizadoras desencadearam um processo de cisão do pacto contra-revolucionário: no qual os trabalhadores estavam ainda mais distantes do governo devido à perda salarial e a perda da estabilidade; e a burguesia urbana afetada posteriormente com a crise econômica também se desloca da base governamental.

Neste período o governo dos golpistas não conseguiu efetivar-se institucionalmente dando demonstrações claras da debilidade do regime, logrando ao presidente Costa e Silva – sucessor de Castelo Branco – uma conjuntura de descontentamento popular, em que a oposição voltava a se articular. Aqui merece destaque o movimento operário e o movimento estudantil, este último constituído basicamente (mas não exclusivamente) da pequena burguesia, todavia, contestadoras da nova ordem.

A oposição então existente dentro das estruturas estatais (por exemplo, o congresso e o judiciário) inviabilizava a legitimação do governo. Fica claro que nestes espaços que incorram o dissenso - ainda que desprovidos de meios que objetivamente poderiam rechaçar as decisões do Estado - inviabilizavam, atrasavam o curso das projeções modernizadoras. O desfecho do impasse foi sumariamente resolvido, se sancionou o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

O que fora até então, uma ditadura reacionária, que conservava um discurso coalhado de alusões à democracia e uma prática política no bojo da qual ainda cabiam algumas mediações de corte democrático-parlamentar, converte-se num regime político de nítidas características fascistas. No bloco sociopolítico dominante, conquista preeminência indiscutível o componente mais reacionário do pacto contra-revolucionário, aquele que corporifica os interesses do grande capital monopolista imperialista e nativo. O processo de concentração e centralização capitalista, com a desobstrução do campo realizada pelo PAEG e, em muito menor medida, pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED, do governo Costa e Silva), acelera-se velozmente – é que a estrutura do Estado, então, é inteiramente redimensionada e refuncionalizada para servir e induzir à concentração e à centralização. Se, entre 1964 e 1968, a ditadura assumiu o Estado, ela agora cria as suas estruturas estatais. Com efeito, é nesse momento do ciclo autocrático burguês que a ditadura ajusta estruturalmente o Estado de que antes se apossara para funcionalidade econômica e política do projeto “modernizador”. Esta adequação integra o aparato dos monopólios ao aparato estatal. [...] A repressão à oposição e ao dissenso, mesmo prosseguindo em linha seletiva, torna-se sistemática e se converte,

operacionalizada de forma policial-militar (com reconhecido aporte de meios empresariais e a assessoria, inicialmente, de personalidades afetas a organismos estrangeiros), em prática organizada e planejada oficialmente: o terrorismo de estado é a contraface política da “racionalização”, da “modernização conservadora” conduzida ao clímax na economia e visível na consolidação do “modelo”. (Netto, 1996, p. 38-40)

Sob esta faceta o governo conseguiu dar seqüência ao desenvolvimento econômico a que se propunha. A idéia era do super-crescimento da economia, o qual fora chamado “milagre brasileiro”. Esta foi a única variável que legitimava o Estado, porém ele havia de se esgotar, dado a fragilidade de tal sistema: que inflava o crescimento econômico com empréstimos de bancos estrangeiros, privilegiando a modernização que atendessem as demandas do grande capital imperialista. Posteriormente, quando esgotou o “milagre”, o tensionamento do Estado e sociedade tinha-se levado ao limite, somam-se a este clima, as forças democráticas de resistência - ainda que residuais - e o descontentamento da população que contribuíram para deflagrar a crise do regime.

Com o intuito de preservar as relações econômico-sociais a serviço do monopólio, o governo tentou transpor sua faceta ditatorial. Trata-se do que foi chamado de projeto de auto-reforma.

Seu objetivo axial, assentado numa “iniciativa da liberalização controlada e limitada”, consistia em instaurar no país a superestrutura política que considera adequada: uma combinação estável de formas parlamentares limitadas com mecanismos decisórios ditatoriais. (PCB, 1984; *apud* Netto, 1996, p. 41)

Destarte, para efetivação desta estratégia o Estado deveria catalisar setores estratégicos da sociedade para se legitimarem enquanto representantes, porém, estes setores não se sentiam reconhecidos nessas mediações políticas, em outras palavras, não foram seduzidos por esta “barganha” oferecida pelo Estado – longe da autodeterminação que se almejava. Concomitante, a crise econômica se aprofundava. É neste momento que entra em cena a reinserção da classe operária, a partir das greves do ABC paulista, na cena política.

Esta efervescência social exigia um reordenamento político: a oposição democrática extrapola os limites institucionais concedidos e cerceados pelo Estado e passa a permear segundo Netto as “agências da sociedade civil que, por esta saturação, ganham uma funcionalidade e uma ressonância inédita”. (1996, p. 42)

A derrocada da ditadura começou na segunda metade dos anos de 1970, quando setores burgueses mostravam-se descontentes com tal regime que somavam-se a oposição popular. Porém, o fator preponderante para derrocada deste regime foi a crise econômica. Tal crise, como veremos a seguir, é um fenômeno inerente aos ciclos do capitalismo que

atravessou todo o globo e assolou principalmente os países do dito “terceiro mundo”. Nesta situação específica, significou o esgotamento do modelo econômico keynesiano-fordista e o esgotamento do *Welfare State* nos países que assumiram esse pacto. Neste período, a economia do Brasil ficou caracterizada pela superinflação e pelo endividamento dos cofres públicos, levando assim o regime ditatorial à falência.

Em relação à crise econômica, pode-se afirmar que são processos inerentes ao capitalismo, ou seja, inerentes aos ciclos de recessão/expansão do capital, e que as crises não tem um caráter exclusivamente econômico, mas também societal e que nesse sentido, determinam não só o processo de produção e reprodução do capital mas, também, à reestruturação do processo de reprodução social. É por esta razão que a crise ou enfrentamento da crise, dos anos de 1980 está atravessada por práticas classistas. (Mandel, 1990 *apud* Mota, 1995). As referências para o debate sobre a crise estavam polarizadas, de um lado no esgotamento do capitalismo democrático – caracterizado principalmente pelo modelo fordista de produção e o *Welfare State*, e do outro, a queda do socialismo no Leste Europeu.

Face a crise, o capital demandava de uma rearticulação que perpassaria tanto a esfera política quanto a esfera da produção – o padrão de acumulação – com intuito de manter a dominação do capital sobre o trabalho. Nesse sentido, a burguesia apontava como estratégia de superação, o ideário neoliberal.

Como afirma Barbalet, com base na leitura que faz de Marshall, “para a economia de mercado funcionar eficazmente, o Estado social tem de ser cerceado”. E justifica sua afirmação: “A história do Estado social do pós-guerra pode ser caracterizada em termos da sua contradição com a economia de mercado. Durante as décadas de 50 e 60, o consenso geral era que o Estado social melhora o funcionamento da economia de mercado, estabilizando-a e aumentando a sua produtividade. Porém, a partir da década de 70, o Estado social e a economia de mercado têm entrado cada vez mais no caminho da coalisão”. (Mota, p. 95, 1995)

Neste momento, a pauta que se coloca para a superação da crise é o tensionamento entre as necessidades do mercado e os direitos a políticas sociais. Cabe ressaltar que o processo de construção e ampliação das políticas públicas foi inerente ao desenvolvimento capitalista, podendo-se ainda afirmar que, naquela conjuntura o desenvolvimento capitalista só se daria com implementação de tais políticas.

Nessa perspectiva, entendemos que as mudanças nos processos de produção e no mundo do trabalho determinam a intervenção social do Estado. Nesta etapa de crise do capital, uma das exigências é a supressão de alguns direitos sociais, cuja operacionalização somente será feita com a mediação de mecanismos políticos. (Mota, 1995, p. 96)

É neste contexto oportuno que a burguesia internacional buscou formas de engendrar uma nova cultura política redimensionando a base de sua hegemonia, visto que uma crise gera as condições objetivas para formação de uma cultura política classista, em suma, a reconstrução da hegemonia do capital. Nesses termos pode-se afirmar que a burguesia saiu na frente conseguindo absorver os setores populares, sob a égide do discurso salvacionista de natureza transclassista na qual a ideia disseminada era que a crise assolava a todos e, portanto, deveria ser superada coletivamente.

O processo da crise econômica já perdurava por uma década. As lideranças políticas apelavam para um discurso em defesa da retomada do crescimento econômico, da inserção do Brasil na economia internacional e da redefinição do papel do estado. Todavia há de se destacar a incapacidade da esquerda, neste momento, em contrapor-se a forma pela qual se apontava a superação da crise. Trata-se na verdade, do potencial das classes subalternizadas em se organizarem e serem protagonistas de um processo de superação alternativo que se diferencia das demais classes. (Mota, 1995). E mais, empreender uma visão capaz de estruturar o campo de luta, determinando as intervenções e alianças capazes de não só superar a crise, mas também, determinar o rumo da sociedade.

Porém, mesmo que no campo político e social a classe trabalhadora não tenha tido grandes conquistas, foi notório seu crescimento enquanto organização social em relação à burguesia e ao Estado. Admiti-se também, que as organizações trabalhadoras na década de 1980 não tiveram grandes conquistas na esfera econômica, mas em contrapartida houve grandes avanços em relação a organização da classe expresso principalmente com criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e com o Partido dos Trabalhadores (PT).

2.1.2 Retrospectiva do Movimento Sindical no Brasil

O Movimento Sindical no Brasil teve início num momento posterior ao movimento sindical europeu. Isso porque a relação de trabalho predominante no país até 1888 foi baseada no escravismo, e a organização de qualquer movimento sindical pressupõe o trabalho livre, impossibilitando evidentemente a organização dos trabalhadores na forma de sindicatos. (Romita, 1976, p.35)

A promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871 e da Lei Áurea em 1888 somadas a chegada de imigrantes, fizeram surgir no final do século XIX as primeiras entidades sindicais, ainda que de forma clandestina.

Já a primeira Constituição Republicana, promulgada em 1891, garantiu o direito de associação pacífica. Iniciando-se assim um novo período para o sindicalismo brasileiro, surgindo as primeiras legislações sindicais do país, com o Decreto Lei nº 979 de 06 de janeiro de 1903 e o Decreto nº 1.637 de 05 de junho de 1907. O primeiro regula o setor rural com uma função corporativista, realizando assim um papel de intermediário na aquisição de créditos dos filiados. Estabelecia também a garantia do direito de filiação e desfiliação de indivíduos dos sindicatos. Tinham ainda um caráter assistencial que criava caixas para os sócios e cooperativas para vendas de seus produtos. Já a lei nº 1.637, de 05 de junho de 1907, corresponde a uma verdadeira lei sindical, vez que permitia a associação de trabalhadores em sindicatos para o estudo e defesa dos interesses da profissão. (Magano, 1990 *apud* Pruner, 2004 p. 40)

O período que se sucedeu foi marcado pela regulamentação dos direitos dos trabalhadores, que teve como exemplo, a Lei nº 4.982/25, relativa a férias, e a Lei Eloy Chaves, de 1923 relativa a previdência.

A partir de 1930 com o desenvolvimento industrial nacional, contemplou-se uma gama de direitos que os trabalhadores reivindicavam há algum tempo. Em 1931 foi ditado o decreto 19.770/31 regulamentando a sindicalização e com ele o Estado reconheceu a entidade sindical como peça importante na manutenção da ordem constituída, assim caracterizado por Júlio Cesar do Prado Leite: “em linhas gerais o decreto instituiu um sistema de sindicalização facultativo, mas o aproximava da órbita estatal, tornando-o colaborador e consultor do Poder Público”. (1985, p. 76)

Em 1934 foi promulgada uma nova Constituição que permitia a pluralidade sindical, mas que subordinava a criação dos sindicatos a determinações legais, sendo estes parâmetros reafirmados na Carta Constitucional de 1937 mantendo o corporativismo e o princípio de unidade sindical.

Estabelecia o art. 138 da Carta Constitucional de 1934:

Art 138 - A associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas de Poder Público.

Como se percebe os sindicatos nos anos 1930 eram pessoas de direito público-privado, subordinados ao controle do Estado e com possibilidade de exercer funções delegadas pelo Poder Público.

Em 1946 tivemos outra Carta que, todavia, não trouxe grandes mudanças, mantendo a unidade sindical e reconhecendo o direito de greve.

A Constituição de 1967 seguiu as mesmas regras bem como a Emenda Constitucional, nº 1969. Uma pequena diferença ressaltada é que em 1967 se estipulou voto obrigatório nas eleições sindicais e se manteve a estabilidade do dirigente, isto é, o representante sindical. (Magano, 1990 *apud* Pruner, 2004, p. 44)

Em 1983 tivemos a fundação da Central Única de Trabalhadores – CUT, e em 1986, a Confederação Geral de Trabalhadores – CGT, firmando-se até os dias de hoje como uma das principais organizações de representação e luta dos trabalhadores.

Em 1985, José Sarney nomeou como Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, dando início a uma nova fase no âmbito do direito do trabalho e, sobretudo incidindo diretamente na vocação das políticas reitoras da Constituição da República Federativa do Brasil 1988, influenciando também nas normativas de outros organismos estatais e da sociedade.

2.2 O Pensamento Marxista, os Projetos de Classe e o Serviço Social

Outro elemento importante a ser analisado em relação ao período ditatorial, desde o pré-64 até a abertura democrática, é a formação do pensamento marxista e sua incidência no novo pensamento social de oposição que depois manifestou explicitamente, valores esquerdistas. Tal pensamento começa a ganhar vulto a partir da “auto-reforma” do Estado, período que foi revitalizado o movimento operário - sendo esta tônica, usada amplamente como objeto de estudo dentro das academias. (Netto, 1996)

Ressalva-se, contudo que, anterior a este período, praticamente toda produção acerca do marxismo estava ligada a produção de conhecimento dos intelectuais do PCB. Esta produção baseava-se em comentadores do marxismo - influenciadas por correntes marxistas (não ortodoxas) - e de pouca riqueza crítica. (Netto, 1996)

No período compreendido entre os anos de 1956 e 1957, com a crise ocorrente, tais elaborações ganharam visibilidade e influenciaram a dinâmica dos movimentos democráticos até o golpe de 1964 que colocou fim a este ciclo. Concomitantemente e associado ao

movimento anteriormente citado, foi de suma importância a reprodução de estudos originais do pensamento socialista revolucionário, realizado por editoras partidárias.

Foi justamente com o golpe e obviamente, com suas práticas de cerceamento do conhecimento e controle cultural que teve-se o maior prejuízo da formação de um pensamento marxista.

Foi na passagem dos anos de 1950 para os anos de 1960 com o processo acima citado, a partir da produção de intelectuais e investigadores sem ligação partidária que surge o marxismo de cunho heurístico que tinha em certa medida relação com a hegemonia democrática do pré-64. Porém, o golpe lançado objetivava, num sentido mais estrito, dentre outras coisas, a manutenção da sua própria ordem, liquidar com qualquer pensamento alternativo ou hostil ao capitalismo e à ordem então estabelecida. Impediu-se assim, definitivamente, a formação de uma tradição marxista dentro do país.

Retomando a questão do ressurgimento das forças democráticas no interior da crise do regime, cabe fazer uma breve reflexão daquilo que José Paulo Netto (2006, p. 142), vai chamar de “projetos societários”.

Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para criá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como proposta para o conjunto da sociedade.

Partindo deste entendimento, compreende-se que as forças democráticas, sejam no processo de abertura democrática - ou até mesmo antes no pré-64 - norteiam-se por um escopo que nada mais é que o projeto societário a que se reclama.

Deve-se dizer ainda, da existência de uma infinidade de projetos societários, dos quais concorrem entre si – e através dos sujeitos que nela se representam e/ou são representados – conduzindo a historicidade, objetivando o ideal pretendido. Esta relação implica, dentre outras coisas, a concorrência entre diversos projetos societários, haja vista, que a concorrência é fruto natural do advento da democracia, que traz consigo o dissenso e a pluralidade.

Se entende que os projetos societários são expressão de um coletivo e se valer do pensamento marxista, em que a sociedade se divide em classes, conclui-se então que os projetos societários estão organicamente relacionados com os projetos de classes, isso é, “em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessários e simultaneamente, projetos de classe”. (Netto, 1996, p.143). E por isso mesmo têm uma dimensão político-ideológica.

Essa concorrência entre projetos societários se evidencia quando não há convergência em sua finalidade, isto é, os projetos societários, ao contrário dos demais projetos coletivos, têm a ambição de mudança da sociedade. É neste ponto que se expõem o desejo de grupos sociais de mudar (ou não) a sociedade, ou de mudar sob e para que forma.

É nesta perspectiva que o Estado prepondera, cujo papel é estabelecer, legitimar e reproduzir um projeto societário, que segundo o pensamento marxista, é a elementar expressão da classe dominante.

Ridenti (2001, p.100-101), afirma, baseado em Giannotti (1959), que o Estado tem uma dupla dimensão:

[...] como representação, e como capitalista com a função no processo de reposição e acumulação de capital. As duas dimensões estariam imbricadas, pois “constituído o Estado como representação, é em seu nome que se coletam os fundos estatais”, os quais ganham o caráter de capital, com o movimento da concentração econômica [...] O “fundo público” serviria como substituto da crise para regulamentação da crise para a regulamentação da acumulação capitalista. O Estado seria o “organizador da irracionalidade do presente”, época de oligopolização e conseqüente administração de preços e lucros, na qual “a lei do valor deixa de operar na raiz do processo econômico”.

Estas características denotam um projeto societário com qual o Estado esta comprometido. São notórias no caso, as convergências com o projeto autocrático burguês da ditadura militar brasileira.

Também, como já citado, há uma constante concorrência entre projetos societários, e se admiti a sociedade dividida em classes com projetos diferenciados entre si, é perfeitamente compreensível todo o esforço da ditadura em coibir a organização do operariado; e também, por outro lado, do operariado em se reerguer, se organizar e se opor no momento que foi oportuno. Parafraseando Ridenti (2001, p. 113), a ruptura com a ordem implica no desvendamento não só da burguesia, mas também do Estado como seu inimigo inconciliável.

É nesse marco que se insere o projeto profissional do Serviço Social. Partindo do entendimento de Netto (1996, p. 144), os projetos profissionais são projetos coletivos “relacionados às profissões – especificamente as profissões que reguladas juridicamente, supõem uma formação teórica e/ou técnico interventiva, em geral de nível acadêmico superior”.

Ainda parafraseando Netto (1996), os projetos profissionais em geral estão atravessados pelo projeto societário, ou seja, o projeto profissional hegemônico de determinada categoria em geral está em consonância com o projeto societário hegemônico daquele corpo profissional.

Há de assinalar, porém, que:

os projetos profissionais são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional. Por tudo isso, os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam [...] têm inelimitáveis dimensões políticas, seja no sentido amplo (no que se refere suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito no que se refere às perspectivas particulares da profissão. (Netto, 1996, p. 144-145)

Embora os projetos profissionais estejam inseridos em um projeto societário ou mesmo sejam parte orgânica dos projetos societários é preciso salientar que, o corpo profissional ou a categoria propriamente é um espaço plural. Isso porque é composta de indivíduos diferentes, ou seja, é um coletivo heterogêneo, estando portanto, perpassado por uma variedade de projetos individuais e societários independente de existir um projeto profissional hegemônico. Isso quer dizer que a hegemonia de um projeto profissional não anula as contradições e divergências. Conclui-se que o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado, contudo não se deve confundir pluralismo com ecletismo.

É justamente por essa natureza contraditória que há conflitos na relação entre projeto societário e projeto profissional. Netto (1996, p. 146) afirma que “em conjunturas precisas, o projeto societário hegemônico seja contestado por projetos profissionais que conquistem hegemonia em seus respectivos corpos”.

Entendido estes conceitos, retornamos à compreensão de como estes elementos se processam no Serviço Social. Foi no momento do ressurgimento das forças democráticas na crise do regime ditatorial que o Serviço Social surge inserido neste processo com uma inovadora proposta de atuação comprometida com a classe trabalhadora, com os setores mais subalternizados da sociedade e com as forças democráticas.

Evidentemente que a transformação no seio da profissão não se deu somente pelo influxo em que passava o país, ainda que não seja possível dissociar os eventos históricos das contingências historicamente correspondente àquele período e também das discussões e das futuras proposições que se colocavam. Na verdade, este processo contingenciou (e colocou demandas ao trabalho propriamente) que junto com a abertura democrática criou as condições objetivas de rompimento com o conservadorismo existente na profissão.

Em primeiro lugar, a categoria profissional estaria permeada em relação ao Estado, numa posição que Giannotti (1983, *apud* Ridenti, 2001, p. 102) caracterizaria da seguinte forma:

O Estado vindo a ser ao mesmo tempo representante do capital e capitalista em geral, [...] penetra na própria arena da sociedade civil. [...] e a luta de classes passa a contar com um novo contendor, os funcionários do Estado, nessa posição ambígua de representantes do todo e agentes do particular.

Depois, a própria história da profissão: a denúncia ao conservadorismo e as transformações imperativas do mercado de trabalho do Serviço Social no período da autocracia burguesa, contingenciou os elementos favoráveis à transformação.

Na verdade a construção do atual projeto ético-político do Serviço Social é um tanto recente, datado de meados da década de 1980, período em que o país passava pela abertura democrática. O acúmulo de discussão no seio da categoria culminou no Código de Ética Profissional de 1993. Porém, efetivamente, este projeto vem sendo discutido desde a década de 1960, em que segmentos da categoria percebiam a necessidade do rompimento com o conservadorismo existente na profissão.

A partir dos anos de 1970 o Serviço Social no Brasil passa por um período de erosão das bases de legitimação do seu *ethos* tradicional. Este processo se inicia ainda na década de 1960, quando uma pequena parcela de profissionais opta por uma participação de caráter político e cívico. Esta mudança de concepção é a responsável por uma recusa ideológica à ordem burguesa e uma aproximação a vertente marxista que possibilitou a construção de experiências práticas comprometidas com as classes populares.

Esta alteração na dinâmica profissional está diretamente relacionada a militância existente dentro da Igreja Católica e sua ligação às camadas mais pobres da população. Os assistentes sociais passaram a atuar em atividades de educação popular e formação de quadros políticos entre as camadas populares, além disso, partindo do pensamento de Althusser, passaram a negar o trabalho exercido dentro das instituições.

Todo este movimento acaba ultrapassando a esfera em que é exercida a prática profissional, passando a incidir também sobre as questões teóricas e consolidando posicionamentos político-partidários. Emerge no seio da categoria uma discussão crítica voltada à busca de compreensão do significado da profissão, discussão esta que é espalhada para outras entidades latino-americanas que na época passavam pelo mesmo processo. Já no que diz respeito ao campo político, a postura adotada foi de resistência a ditadura e o comprometimento com valores emancipatórios e com as classes trabalhadoras.

No entanto, cabe destacar que todo este processo foi delineado em um campo de forte embate, visto que esta época também se caracterizou como um momento de “repressão e hegemonia conservadora na profissão”. (Barroco, 2001, p. 142). Em concordância com

Barroco (2001), podemos dizer que este processo de ruptura pode ser identificado mais fortemente em dois períodos históricos, o primeiro nas décadas de 1960 e 1970 e o segundo no final dos anos de 1980 e início de 1990, com as reformulações feitas no Código de Ética em 1986 e 1993, respectivamente.

A inserção política de profissionais e estudantes neste período histórico teve origem em espaços como o da Juventude Universitária Católica (JUC), da Juventude Estudantil Católica (JEC), dos Movimentos Estudantis de Base, de partidos comunistas tradicionais, entre outros, sendo que grande parte destes movimentos estava vinculado aos movimentos da juventude católica que buscavam uma integração entre o ideário socialista e os valores humanistas cristãos.

Para Barroco (2001, p. 147):

a adesão ao Marxismo, pela juventude cristã nos anos 60, assinala uma primeira etapa da trajetória do marxismo cristão latino-americano. A leitura da realidade latino-americana, pelos jovens cristãos, se utiliza parcialmente de Marx. Suas fontes principais continuam sendo o neotomismo e o pensamento de Mournier, Maritain, Lacroix, Paulo Freire, entre outros.

Esta articulação entre o marxismo e cristianismo conduziu em muitos casos a uma interpretação messiânica e utópica mediada por um apelo ético-moral. A unidade construída pelos assistentes sociais em torno de questões ligadas à ética, educação e política, acabou influenciando a construção de uma identidade muito próxima a do militante político. Nos termos de Barroco (2001), a concepção de militância acabou por abrir caminho para uma “desprofissionalização” do Serviço Social na medida em que o exercício profissional era encarado como militância, adquirindo um sentido voluntário, abnegado, de sacrifício, entre outros.

Neste caso, é importante ressaltar que o trabalho voluntário, que foi incorporado historicamente na atividade militante, ganha um sentido diverso quando é transmutado para o campo do exercício tradicional, chegando a substituir atividades cívicas e partidárias.

Foi justamente em meio a este caldo ideológico que o marxismo começou a ser introduzido dentro do Serviço Social, o que acabou por fragilizar uma apropriação ontológica das teses marxianas.

É somente com a proximidade dos anos de 1980 que as formas de incorporação do marxismo começam a ganhar consistência no campo de discussão teórica do Serviço Social. As alterações políticas que marcaram o Brasil no final da Ditadura Militar possibilitaram uma reorganização da sociedade civil tendo em vista a defesa da democracia e a ampliação de direitos, sendo que os valores que haviam emergido dentro da categoria acabaram por ganhar

materialidade, o que ficava evidente em sua organização política e no amadurecimento teórico das bases marxistas.

Foi na década de 1980 que a militância política alcançou sua maturidade, vislumbrada na organização sindical nacional dos assistentes sociais, na articulação com as lutas gerais dos trabalhadores e na inserção junto às demais entidades representativas da profissão.

Neste sentido, a reformulação curricular de 1982 e a elaboração do Código de Ética em 1986 foram representantes de um mesmo projeto guiado por um compromisso ético-político com as classes trabalhadoras.

Iamamoto (1983) acrescenta que compreender as relações sociais é compreender um determinado modo de vida e a reprodução da mesma, seja na produção material ou espiritual das relações estabelecidas entre os homens, atingindo, portanto, a vida cotidiana expressa no trabalho, escola, poder, lazer, etc., como também na profissão, de modo a se pensar o trabalho profissional. Nestes termos ela apresenta a seguinte perspectiva:

como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pela circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais. A unidade entre essas duas “dimensões” é contraditória, podendo haver uma defasagem entre as contradições e efeitos sociais objetivos da profissão e as representações que legitimam esse fazer. Em outros termos: uma defasagem entre intenções expressas no discurso que ratifica esse fazer e o próprio exercício desse fazer. O esforço está direcionado, pois, para apreender o Serviço Social inserido no processo social. (1983, p. 73-74)

Iamamoto (1983) afirma, também, que enquanto uma instituição estiver inserida na sociedade, bem como parte orgânica dela, estará dinamizada pela conjuntura histórica, ou seja, reproduz as relações sociais contingentes do seu tempo histórico. Nesses termos, como não superado a divisão de classes, e sendo estas os grandes protagonistas da história, o Serviço Social irá necessariamente atuar meio esta polarização.

[...] tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras. (Iamamoto, 1983, p. 75)

Em paralelo as novas inspirações teóricas, o pensamento emergente na época estava intrinsecamente ligado a idéia de desenvolvimento nacional como algo que englobava uma estrutura e que deveria funcionar de forma uniforme com a participação e desenvolvimento dos diferentes setores e classes que compunham a sociedade, dividida no tripé: indivíduo, grupo e comunidade⁸. (Ammann, 1980)

O Serviço Social vai compor este quadro exercendo a função de integrar as populações ao processo de desenvolvimento nacional, preparando-a para aceitar e desejar a mudança que estava sendo desenhada e integrando-a aos planos e projetos do governo federal.

Isso se deu na medida em que se expandiram as políticas públicas, como por exemplo, a criação do INPS, configurando definitivamente o setor público estatal como o maior empregador de Assistentes Sociais.

Por outro lado, a lógica racionalista da autocracia burguesa passou a exigir do Serviço Social uma prática funcionalista burocratizada adequando-se ao sistema de gestão e prestação dos serviços públicos, passando da caridade tradicional para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, conforme se ampliava o contingente de trabalhadores e sua presença política na sociedade, face aos mecanismos de controle do Estado sob a sociedade civil. (Iamamoto, 1983)

Foi sob a égide do regime autocrático burguês que o país passou por um período de “crescimento econômico” possibilitando e necessitando, também, da expansão do pacote de políticas públicas, visto esta, como instrumento de automanutenção, assegurando seu lugar no poder. Nesta perspectiva que o governo demandou massivamente da figura do Assistente Social. Todavia, estas políticas tinham um caráter de repressão e controle social (inclusive do conhecimento) exigindo uma readequação do fazer profissional marcando-o com traços positivistas.

Destarte, a inserção do Serviço Social como trabalhador que viabilizava acesso às políticas públicas, levou a construção da identidade profissional, isto é, do seu reconhecimento na ocupação dos espaços institucionais e no processo de reprodução das relações sociais. Este processo constitui em um dos fatores que levou o Serviço Social à Reconceituação.

⁸ Para uma análise da sistematização de trabalho do Serviço Social do período da ditadura (caso comunidade) ver Ammann (1980).

Neste contexto surgiram várias escolas de Serviço Social e também a incorporação de escolas já existentes às instituições públicas de ensino⁹, a fim de gerar um quadro profissional adequado as demandas e a lógica do regime militar. Desse modo a formação dos assistentes sociais também demandou passar por profundas mudanças da qual se encarregou a política educacional da ditadura¹⁰, rompendo definitivamente com “confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vincaram o surgimento e o envolver imediato do ensino do Serviço Social no Brasil”. (Netto, 1996, p. 124)

Este mercado exigiu um novo padrão para o seu desempenho das atividades profissionais do Serviço Social. Não que houve uma mudança na concepção do Serviço Social ou das suas práticas, caracterizadas sob políticas sociais setoriais, mas o enquadramento em estruturas organizacionais mais complexas, o relacionamento com outros profissionais, as conformações hierárquicas, a disposição de fontes de recurso, e a própria burocratização que se criava no interior do exercício profissional, passou a demandar um perfil moderno à própria profissão.

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exige-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionalis”. (Netto, 1996, p. 124)

Este panorama geral deflagrou a laicização do Serviço Social e junto com a inserção do aprendizado profissional às academias, abriu uma dupla via: ao passo que se rompia com o Serviço Social tradicional trocando suas práticas humanistas por uma formação racionalista como exigia a autocracia burguesa, lançou a profissão a um terreno que vislumbraria também alternativas contrárias ao próprio regime devido ao caráter de fomento das universidades, sobretudo com as práticas de pesquisas e aproximação de outras áreas do conhecimento. Foi neste momento em que começa aumentar a literatura própria do Serviço Social que outrora praticamente inexistia. (Netto, 1996)

A partir dos anos 1980, demandas populares reprimida ao longo dos anos anteriores exigiram uma série de transformações políticas e sociais. Permeado por esta efervescência na luta pela democracia e com a derrota da ditadura, o Serviço Social encontrou a primeira condição política para o rompimento definitivo com o conservadorismo da profissão. Netto (2006, p. 150), assevera que:

⁹ Em 1960, havia 1.289 estudantes de Serviço Social, em 1971 ou seu número chegava a 6.352 (Netto, 1996, p. 124)

¹⁰ Ver Netto(1996), Ditadura e Serviço Social, 1996 (cf. capítulo 1, secção 1.5).

como todo universo heterogêneo, o corpo profissional não se comportou de modo idêntico. Mas suas vanguardas, na efervescência democrática, mobilizaram-se ativamente na contestação política – desde o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979, conhecido como “o Congresso da virada”), os segmentos mais dinâmicos do corpo profissional vincularam-se ao movimento dos trabalhadores e, rompendo com dominância do conservadorismo, conseguiram instaurar na profissão o pluralismo político, que acabou por redimensionar amplamente não só a organização profissional (dando vida nova, por exemplo, a entidade como a ABESS – depois renomeada ABEPSS – e posteriormente, ao CFESS) como, sobretudo, conseguiu inseri-la, de modo inédito, no marco do movimento dos trabalhadores brasileiros.

Foi neste contexto que o Serviço Social se inseriu na cena política e assumiu um caráter classista, comprometido com a democracia, com os trabalhadores e com os setores mais subalternizados. Isso se manifestou no exercício profissional, no Código de Ética e em outros elementos norteadores da profissão, ou seja, na materialização do exercício profissional. Evidenciando seu projeto profissional na medida em que:

apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos teóricos, práticos e institucionais para o exercício, prescreve normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com organizações e instituições sociais privadas e públicas. [...] são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão (Netto, 1996, 144).

Embora nem toda categoria, esteja precisamente demarcada por um projeto societário ou de classe e tampouco seus membros estejam persuadidos de tais valores, não significa que estes estejam à margem da disputa entre os projetos societários. Compreende-se que o projeto profissional não está deslocado de uma proposição político ideológico e, com efeito, orienta-se por um projeto societário, atravessado, portanto, pela divisão da sociedade em classes, ressaltando a heterogeneidade dentro das proposições destes projetos. A intervenção de qualquer profissional visa atender uma demanda que está, de um modo ou de outro, inserido em um sistema (seja de produção material ou reprodução da vida social). Os meios como se dão esta intervenção e a própria formação profissional, são, dentre outros elementos, expressão do projeto profissional.

3 As Transformações no Serviço Social e a Abertura Democrática

O Serviço Social inserido nos movimentos sociais toma uma maior proximidade com a classe trabalhadora. Em 1979 a profissão consegue no qual foi chamado de “Congresso da Virada”, encontrar as condições primeiras para romper com o Conservadorismo, fazendo uma clara opção de comprometimento com os trabalhadores, entendendo a sociedade como a sociedade das lutas de classes.

Este primeiro momento foi de suma importância para superação dos valores neotomistas, da visão acrítica e da centralidade no sujeito (elementos estes do fazer profissional até então).

Todavia, a relação superficial com o marxismo resultou num Código de Ética mecanicista (Código de 1986), necessitando ser revisto posteriormente. O enfrentamento das demandas posta no campo institucional e as novas demandas, que se apresentavam a partir da reconfiguração do Estado Neoliberal, também suscitaram a urgência de revisão deste código.

Outra questão posta é a retomada de velhas práticas conservadoras sob o ímpeto do Pós-Modernismo, elemento este que também exigiu do Serviço Social um aprofundamento das questões éticas e do projeto ético-político profissional.

Ainda neste capítulo, merece atenção os elementos que materializam a orientação do projeto ético-político, bem como o aparato que outorga legitimidade e legalidade na ação profissional do Serviço Social.

3.1 Reconceituação do Serviço Social

Partindo do entendimento de Braz (2008), as opções que um coletivo faz acerca dos múltiplos projetos e suas subdivisões devem considerar as questões culturais, políticas e econômicas que, articuladas entre si, constituirão um projeto coletivo. Tomado em sua maior dimensão, teremos o que Netto (2006) caracterizou como projeto societário, esta é a expressão máxima, num sentido idílico, do desejo particular de grupos sociais – considerando a pluralidade social em suas projeções históricas. Nesses termos, projetos coletivos de menor dimensão, como os projetos profissionais, vinculam-se aos societários. Nas palavras de Braz (2008, p.4), “os interesses particulares de determinados grupos sociais, como o dos assistentes sociais, não existem independente dos interesses mais gerais que movem a sociedade”.

No decorrer da década de 1970, ao passo que o Serviço Social se vinculou aos movimentos democráticos populares, em especial aos da classe trabalhadora, foi quando se expressou o caráter transformador do projeto com qual estava comprometido. Tal caráter se manifesta pelas próprias dimensões políticas que se impõem para intervenção profissional. Inserido no movimento contraditório de classes, de modo a atuar favorecendo um projeto societário em detrimento do outro, caracteriza claramente o caráter classista e transformador do exercício profissional. Em suma, manifesta a partir da atuação o projeto profissional circunscrito no projeto societário que optou (e construiu) o Serviço Social.

Marco emblemático desta transformação foi o III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), em 1970, conhecido como “Congresso da Virada”. Impulsionado pelo movimento de Reconceituação que passavam os países latino-americanos, somados à redemocratização que passava o país, o Serviço Social encontrou as condições para romper com o conservadorismo que predominava na profissão. (Braz, 2008)

Destaca-se aqui que, com a Constituição de 1988 e os novos processos democráticos, entrou no contexto das políticas públicas a criação e a participação popular em Conselhos de Direito. Acreditava-se que nestes espaços colegiados de fiscalização, instância a qual os Assistentes Sociais assumiram um papel preponderante, poder-se-ia definitivamente, construir políticas que de fato atendessem as necessidades dos usuários.

No entanto, é sabido que estes espaços são frequentemente desrespeitados pelo poder público. Isso somado ao desconhecimento de tais ambientes e uma alienação política da população fazem com que os conselhos de direito percam seu caráter. Assim, Francisco de Oliveira, em seu artigo “Entre a terra e o céu: mensurando a utopia?”, afirma que:

No Brasil, a construção da cidadania e da democracia lembram o trabalho decisivo, onde os esforços continuados dos dominados para alcançarem patamares mínimos de cidadania e democracia são permanentemente destruídos pelas elites dominantes, que além de se valerem do poder estatal, utilizam-se de estratégias de sociabilidade antidemocráticas e anticidadãs[...] A violência que campeia a sociedade brasileira e, sobretudo, a violência que é produzida pelos próprios aparelhos de Estados não é senão uma pálida sombra da exclusão da fala e da privatização do público e, no seu rastro, a anulação da política[...] o deslocamento das responsabilidades do Estado para uma suposta “sociedade civil” é a morte da política, pois este deslocamento produz indignação, mas não produz política. (1999, p.09, p.81)

O Projeto Ético Político Profissional requereu transformações nas bases normativas, jurídico-legais e teóricas, consubstanciando na reformulação do Código de Ética materializado no código de 1986 e depois revisado pelo atual código, 1993. Expressa-se também na revisão das Diretrizes Curriculares de 1982 e posteriormente de 1996 no qual se explicita o cunho teórico marxista. Tais transformações também perpassaram as entidades

representativas e os fóruns de discussões, a saber, a ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social) que depois se tornou ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), o conjunto CFAS/CRAS (respectivamente Conselho Federal - e Regional – de Assistentes Sociais) e depois os atuais CEFESS/CRESS, além das representações estudantis. (Cartaxo, 2008)

No processo de Reconceituação há de se problematizar a forma como se deu a materialização do Código de Ética de 1986 e posteriormente o de 1993. Assim, são apontados dois problemas iniciais: que até então a discussão acerca da ética profissional não era uma questão que tomava maiores relevâncias e, em detrimento disto, incorrendo no segundo: a pouca acumulação teórica acerca deste assunto, comprometendo a formulação do Código de 1986. (Netto, 1996)

Todavia é indiscutível que o Código de Ética de 1986 tenha sido um avanço na história da profissão, embora tais avanços tenham sido mais na dimensão político-ideológico do que na teórica-filosófica, necessitando então sua reformulação.

A nova ética propõe a superação dos valores neotomistas caracterizados pela visão acrítica, dos valores universais (que despreza os interesses de classe), e a superação da individualização da questão social (sujeito/caso) (Barroco, 2001). Ao contrário, a nova ética é “resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira”. (CFAS, 1986, *apud* Barroco, 2001, p. 176). Ainda Barroco (2001, p. 176):

A explicitação do compromisso político visa garantir uma prática voltada às necessidades dos usuários, tratados historicamente, em sua inserção de classe, o que está de acordo com a politização que marca a intervenção da vertente de ruptura na profissão. Desta forma, o compromisso com as classes trabalhadoras, tomado como princípio de um projeto profissional articulado a um projeto de sociedade [...]

Há de ressaltar, porém, a forma como Código de Ética de 1986 tratou a relação do compromisso da categoria com a classe trabalhadora e de sua relação com o pensamento marxista: este código foi carregado de um teor mecanicista, revelado na lógica da produção econômica e dos interesses de classes, mas que não desenvolveu os aspectos referentes únicos e próprios da ética.

Na medida em que o compromisso e as classes são tratados em suas mediações em face da ética profissional, o Código não expressa uma apreensão da especificidade da ética; em vez de se comprometer com valores, se compromete com uma classe, o que é o mesmo que afirma que tal classe é, a priori, detentora dos valores positivos, o que configura uma visão idealista e desvinculada da questão da alienação. Ao não estabelecer as mediações entre o econômico e a moral, entre política e a ética, entre a prática política e a dimensão política da prática profissional, o Código reproduz as configurações tradicionais da ética marxista. (Barroco, 2001, p. 177)

Ainda que o Código de ética de 1986 não foi suficiente para respaldar o exercício profissional, isto é, não ordenou sua significação, é inegável que ele incidiu e transformou os valores ético-morais, rompendo com o conservadorismo e alicerçando uma nova perspectiva para a práxis profissional, delineando novos papéis e princípios éticos, propiciando ao Assistente Social, através da vivência profissional, a reflexão, de modo a ser protagonista no exercício profissional, rebatendo por fim as antigas práticas e sendo sujeito do novo projeto profissional. E não haveria de ser diferente, partindo do entendimento dialético histórico, é compreensível que o Código de Ética de 1986, estivesse atravessado pelo movimento de redemocratização do país. A Reconceituação, o novo projeto profissional e finalmente, os elementos normativos não estariam evidentemente, espontaneamente fundados e consolidados naquela imediata conjuntura histórica e social. Como corrobora Netto (2006, p.155):

mantendo seus eixos fundamentais, ela é suficientemente flexível para, sem se descaracterizar, incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios. Em suma, trata-se de um projeto que também é um processo, em continuo desdobramento.

Em suma, este projeto tem seu núcleo no reconhecimento da liberdade como valor central; se vincula a um projeto societário que propõem a construção de uma nova ordem social, sem exploração, dominação de classe, etnia ou gênero, afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e preconceitos; politicamente se posiciona claramente a favor da equidade e da justiça social; se determina radicalmente democrático a partir da socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (Netto, 2006)

É possível afirmar que nos meados da década de 1990 com a reformulação do Código materializado em 1993, o projeto ético-político profissional, agora fundamentado teórica e metodologicamente, conquistou hegemonia no interior do Serviço Social no Brasil, embora seja evidente que este projeto não seja o único existente no interior da profissão, dado o próprio pluralismo inerente aos projetos e suas relações. Não significa tampouco, que este projeto esteja consumado e esgotado suas possibilidades, que não carece e nem carecerá de avanços teóricos e metodológicos ou ainda avanços no que diz respeito aos aspectos técnico-operativos.

De um modo ou de outro é inegável que este projeto tenha conquistado hegemonia no interior da profissão. Significativa contribuição para essa consolidação foi a crescente participação dos profissionais nos fóruns de discussão próprios da categoria, bem como, a multiplicação e descentralização desses espaços. Outro fator foi a confluência do projeto

profissional com a dinâmica que influía o movimento da sociedade brasileira, os ascendentes movimentos democráticos e populares que atravessaram a derrocada do regime militar até a Constituição de 1988, e posteriormente com o apelo da sociedade civil pela ética na política e na vida pública - marcado pelo *impeachment* do então presidente, Fernando Collor de Melo, em 1992. (Netto, 1996 *apud* Barroco, 2001)

Percebe-se que, a partir de meados dos anos de 1990, os movimentos democráticos e populares somaram vitórias exponenciais e, seguindo o mesmo influxo, o Serviço Social também avançou significativamente no que diz respeito à consolidação do projeto ético-político e a afirmação de sua identidade nos espaços sócio-institucionais.

Concomitantemente, uma crise social que cresceu desde os anos 1980, e assolou todo o globo. Nesse ínterim, rapidamente a elite burguesa reciclou seu projeto e passou a ocupar importantes instâncias de decisão política, disseminando a cultura do neoliberalismo, o que sem dúvida, se configurou como uma grande ameaça para os direitos sociais, para a economia nacional e para o projeto ético-político profissional do Serviço Social, ora consolidado, o que penaliza intensamente a massa da população. (Netto, 1996)

Tendo como cenário um mundo globalizado, o Brasil pactuando com as reformas neoliberais, significa a subordinação do país aos interesses políticos e econômicos do capitalismo internacional sob sua mais nova faceta, dirigida por organismos internacionais de crédito como FMI e o Banco Mundial.

Trata-se da reestruturação da dinâmica do capitalismo, transformação do modelo de produção e proteção social marcado pela crise do Estado de Bem-Estar Social e do modelo de produção fordista.

Estas reformas foram levadas a cabo por setores sociais-democratas da sociedade, sob o discurso de racionalização e modernização, dos valores do primeiro mundo e pela queda do socialismo real, rebatendo o ideário dos movimentos democráticos e populares como antiquados e/ou anacrônicos. Tais reformas se desdobram na liquidação dos direitos sociais, desresponsabilização do Estado e sucateamento dos serviços públicos.

Os compromissos que até então eram uma prerrogativa de Estado convertem-se a apelos éticos e morais invocados pelo próprio Estado. É o envolvimento da sociedade civil em práticas solicitadas ou de “responsabilidade social”. Significa nada mais do que o ressurgimento “das velhas estratégias de equacionamento moral da “questão social” sob uma moderna prática filantrópica que desmobiliza a sociedade civil e congrega essas iniciativas no chamado terceiro setor”. (Barroco, 2001, p.179)

Neste panorama, visto o embate que o conservadorismo e o reacionarismo impunham às conquistas dos setores de esquerda, do marxismo e da razão dialética, revelam a crucial necessidade de resgatar o debate dentro do marxismo e as atualidades desta tradição, além dos valores socialistas, sobre tudo no Serviço Social em que tais mudanças atingem duplamente o profissional: “como cidadão e trabalhadores assalariados e como profissionais que têm como desafio responder a esta conjuntura, sem perder suas conquistas”. (Barroco, 2001, p.180)

Em relação à ética, os desafios estavam em estabelecer uma discussão no interior da tradição marxista tendo cada vez mais presente as conseqüências do neoliberalismo. Nesses termos a apropriação de uma sistematização das bases ontológicas da teoria social feita por Lukács e outros, num processo de renovação do marxismo, foram de grande importância para reflexão deste paradoxo.

A construção do Código de Ética de 1993, iniciada no ano anterior teve um processo contrário ao que comumente ocorrem nas discussões que mobilizam a categoria. Em geral as discussões em torno do Código de Ética tinha sua finalidade no próprio código, restringindo à ética profissional e objetivada nas regulações práticas normativas. Já o atual Código do Serviço Social se inova ao resgatar o debate acerca dos aspectos ontológicos e de “método” em Marx, consubstanciando nos princípios norteadores do código e posteriormente nas normatizações, especificamente.

Entendeu-se, sobretudo, a necessidade de estabelecer uma condição ética que desse concretude ao compromisso profissional, de modo a explicitar a dimensão ética da prática profissional, afirmar seus valores e princípios e operacionalizá-la objetivamente em termos de direitos e deveres éticos. Nesse sentido, o recurso à ontologia social permitiu decodificar eticamente o compromisso com as classes trabalhadoras, apontando para sua especificidade no espaço de um Código de Ética: o compromisso com valores ético-político emancipatórios referidos à conquista da liberdade. (Barroco, 2001, p. 200)

Na perspectiva histórica da opção que fez o Serviço Social – do processo de ruptura com o conservadorismo, sob a linha do novo projeto profissional comprometido com os interesses da população trabalhadora – a revisão do código busca sua fundamentação na ontologia social de Marx, assim expresso:

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. (Barroco, 2001, p. 201)

Marco desta proposta foi o VII CBAS que pela primeira vez na história dos congressos se pautou uma diversidade de debates acerca de teses de fundamentação teórica, problematização sobre a prática profissional, denúncias éticas decorrentes das condições de trabalho e da temática ética na formação profissional.

A partir de 1993, com sua reformulação, o Código de Ética, se tornou uma ferramenta capaz de subsidiar os encaminhamentos práticos e nortear o posicionamento político da categoria. Foi a partir deste momento que o projeto profissional passou a ser entendido como projeto ético-político, colocando um novo desafio: a construção de uma moralidade de ruptura com o conservadorismo e uma cultura democrática contra-hegemônica à política do capital, e agora, ao neoliberalismo.

3.2 Os Códigos de Ética de 1986 e de 1993

Pode-se assinalar algumas características acerca do Código de Ética profissional que denota sua transformação a partir do movimento de Reconceituação, destacando-se a vinculação com a classe trabalhadora e a superação dos preceitos neotomistas.

Temas como a adesão do país ao mundo globalizado e ao programa neoliberal; a crise do estado de Bem-Estar Social e as alterações no “mundo do trabalho”; a responsabilização da sociedade civil pelas demandas sociais, invocando valores solidários e filantrópicos; os escândalos de corrupção presente na política nacional, permeando a esfera pública e a vida cotidiana, colocando a questão da ética em evidencia: exigiam um aprofundamento no debate sobre essa matéria pelos mais diversos setores da sociedade.

Neste mesmo influxo a categoria profissional percebeu a necessidade de reformular seu código (1986), não se tratando de negar o salto transformador que rompeu com o *ethos* tradicional a partir do processo de Reconceituação. Entretanto o código de 1986 expressou uma concepção ética mecanicista, e portanto, frágil, necessitando, evidentemente, ser revisto no sentido de superar suas fragilidades e responder as demandas sociais que surgem a partir deste movimento global.

Como aponta Barroco (2001): como viabilizar o compromisso profissional (com a classe trabalhadora) em condições tão adversas? No intuito de responder estas lacunas o Serviço Social recorreu a filósofos (sobretudo Lukács), que sistematizaram as bases ontológicas da teoria social de Marx, apontando novas possibilidades para a discussão ética. O

Serviço Social encontrou na concepção de trabalho, as bases para compreender as transformações que marcaram os anos 1990. Foi por sua atualidade compreende-se os processos sociais e por ela teve-se a possibilidade de responder as questões éticas dentro do marxismo (Barroco, 2001, p. 182)

Cabe mencionar que com o movimento de Reconceituação, o Serviço Social passou a ser também objeto de sua própria pesquisa. O acúmulo destes estudos subsidiaram um fazer profissional que consubstanciou na materialização do novo projeto ético-político, transpondo uma abordagem metodologista no campo dos encaminhamentos da ação para o enfrentamento das polêmicas teórico-metodológicas, presentes no pensamento social na modernidade. (Iamamoto, *in* Bonetti, 2010, p. 92)

Foi no período da década de 1980, com o movimento de Reconceituação até a elaboração do atual Código de Ética, em 1993, que se teve os maiores debates que conduziram a discussão do projeto ético-político e sua conseguinte materialização.

Teve-se a necessidade de superar o marxismo vulgar que nas palavras de Iamamoto:

a partir da prática política de segmentos profissionais e estudantes informada pela vulgarização marxista, portadora de um universo teórico radicalmente eclético, onde o maior ausente era o próprio Marx; por um “marxismo” que veiculava uma visão fatorialista e evolucionista da história [...] Superestima-se, contraditoriamente, o papel da ação humana e das forças subjetivas no processo social de mudança, o que no Serviço Social se traduziu como uma sobrevalorização idealizada das possibilidades revolucionárias da profissão, confundida com a militância política. Em outros termos, à visão determinista e fatalista da transformação no campo da estrutura social se soma a uma visão subjetivista no campo dos valores, que conduzem a uma ação político-profissional idealizada e messiânica [...] as aproximações do Serviço Social às heranças do Marx, tem sido a desconsideração da história somada, nesse período, a um esvaziamento da riqueza analítica do pensamento do autor, travestido por uma lógica positivista. (*apud* Bonetti, 2010, p. 99 -110)

Ainda neste período despontava o debate em torno aos preceitos do chamado “pós-modernidade”, significado na crise de valores e na naturalização desta crise, calcado na descrença na vida política após os escândalos de corrupção no país. Este ideal (ou talvez, “não ideal” – inerente a pós-modernidade) postula o esgotamento deste sistema. Esta tendência de pensamento foi também um dos fatores que contingenciou ao Serviço Social a necessidades de reformular suas bases ontológicas no sentido de agora responder não só as demandas de trabalho, mas também de responder, debater e estabelecer um diálogo a uma corrente de pensamento que venha a concorrer com projeto hegemônico recém incorporado na profissão.

Outra necessidade deste exercício refere-se ao desvendamento do “pluralismo” verso ao ecletismo e a adesão à classe trabalhadora. O atual código traz em seus princípios fundamentais:

- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com aprimoramento intelectual.
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores (Brasil, 2006)

Estes três princípios, em exemplo, evidenciam o caráter transformador que tem a profissão. Todavia, ainda que a associação da categoria com classe trabalhadora seja o projeto-hegemônico; os preceitos do mesmo código - a radicalização da democracia - mostra seu caráter plural no sentido de assegurar manifestações contrárias, que como já citado, os projetos profissionais, coletivos e societários/classe concorrem permanentemente entre si.

Porém, há de se ressaltar que, pluralismo distingue de ecletismo, por assegurar no projeto-hegemônico uma direção que seja coerente em sua totalidade e não uma mescla aleatória de idéias desorientadas entre-si. Resumidamente, pluralismo é a democracia entre as ideias e ecletismo é o sincretismo em um projeto.

3.3 Componentes que Materializam o Projeto Ético-Político

Braz (2008) indica que a materialização do projeto ético-político e dá na intervenção profissional e nas ações cotidianas do trabalho do Assistente Social, ou seja, se manifesta e ganha concretude no exercício profissional propriamente. Todavia as consolidações dessas ações, aparentemente isoladas em um projeto profissional, se dão a partir da sistematização dos mecanismos políticos; dos instrumentos/documentos legais; das referenciais teóricas - que conferem legitimidade; e dos elementos prático-operativos e prático-normativos.

Tendo como referencia a organização/divisão que Braz (2008) faz dos elementos constitutivos do projeto ético-político profissional, eles podem ser divididos em três dimensões que articulam-se entre si, a saber:

a) Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social: É a esfera de sistematização das modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional e especulativos e prospectivos em relação a ele. Esta dimensão investigativa da profissão tem como parâmetro a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social. Dessa forma, não cabem no projeto ético-político contemporâneo, posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem.

b) Dimensão político-organizativa da profissão: Aqui se assentam tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades representativas da profissão. Fundamentalmente, o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Regionais de Serviço Social) a

ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e as demais associações político-profissionais, além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CA's e DA's (Centros e Diretórios Acadêmicos das escolas de Serviço Social) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). É através dos fóruns consultivos e deliberativos destas entidades representativas que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios. Assim, subentende-se que o projeto ético-político (como uma projeção) pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático, aberto, em construção e em permanente tensão e conflito. Esta constatação indica a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico, ou seja, o pluralismo de idéias no seu interior.

c) Dimensão jurídico-política da profissão: Temos aqui o aparato jurídico-político e institucional da profissão que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional. Há nessa dimensão duas esferas diferenciadas, porém articuladas, são elas: um aparato político-jurídico de caráter estritamente profissional; e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente. No primeiro caso, temos determinados componentes construídos e legitimados pela categoria tais como: o atual Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as novas Diretrizes Curriculares recentemente aprovadas pelo MEC. No segundo, temos o conjunto de leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988 que, embora não exclusivo da categoria, foi fruto de lutas que envolveram os assistentes sociais e, por outro lado, faz parte do cotidiano profissional de tal forma que pode funcionar como instrumento viabilizador de direitos através das políticas sociais que executamos e/ou planejamos. (Braz, 2008, p. 12 - 13)

Esses elementos devem ser compreendidos como parte orgânica e inerente de um todo coletivo, que como tal envolve os valores e princípios que imprimem a direção social do projeto Ético-político profissional. Entretanto, trata-se de uma construção coletiva que esteja em permanente debate considerando as contingências objetivas e subjetivas da realidade, cuja antítese é a intervenção profissional.

4 O Serviço Social no Atual Contexto

O Código de Ética profissional de 1993 consiste em umas das principais ferramentas dos assistentes sociais que o outorga legalidade e legitimidade para o exercício profissional. Além disso, traz consigo os alicerces que possibilitam o enfrentamento da questão social e a não reprodução de uma prática conservadora, coerente com o projeto ético-político hegemônico na profissão.

Todavia o desafio agora posto é o enfrentamento do neoconservadorismo que (re)aparece sob a cultura Pós-Moderna; e no enfrentamento das novas demandas da questão social que se manifestam a partir das políticas neoliberais.

As décadas de 80/90 e mesmo o limiar deste novo milênio trazem no interior das suas lutas a questão da cidadania e da democracia. A substituição de quase todas as ditaduras tuteladas pelos Estados Unidos na América Latina por regimes representativos, a queda do socialismo real no leste da Europa “indicava” a conciliação dos continentes com a democracia. O projeto político hegemônico, novamente sob o domínio americano, define agora como coisa do passado, como retrocesso, a preocupação com o social e a vida política. (Ribeiro, 2002, p. 10)

Estes dois desafios acima citados apareceram de forma articulada no final do século XX e começo do século XXI, remetendo ao Serviço Social a tarefa de decifrá-los e enfrentá-los. Junto a isso, foi necessário repensar o fazer profissional nas instituições de trabalho e os problemas da formação profissional, que foi fortemente prejudicada com políticas educacionais de governos recentes.

Tomando como referência para a exposição, o momento de transição advindo da década de 1980 com o processo de Reconceituação até os dias atuais, podemos elencar alguns elementos, ou melhor, alguns aspectos inscritos neste processo que caracterizam o processo de formação e a atual conjuntura do trabalho profissional.

Cabe ressaltar, que invariavelmente retrocede-se a alguns pontos já abordados, com intuito de trabalhar sob outra perspectiva, e no caso, a relação de formação e trabalho. Isso porque o mesmo processo histórico e, portanto, os mesmos elementos rebatem de mesma forma em aspectos diferentes do Serviço Social, uma vez que entenda a formação como um processo dinâmico e dialético que se relaciona com o meio e consigo mesmo.

4.1 O Serviço Social e a Pós-Modernidade

Pode-se apontar como ponto de partida, a apropriação ideológica do marxismo pelo Serviço Social como elemento central no processo de Reconceituação. Esta apropriação se deu no contato com a tradição marxista da militância política, que captou elementos ideopolíticos apontando à ruptura. Todavia, como vimos, estes elementos foram insuficientes para responder às questões éticas e de identidade profissional.

A incorporação do marxismo sem uma reflexão crítica levou conseqüentemente a incorporação dos seus equívocos, desdobrando no seio da profissão, a exemplo: uma postura fatalista que nas palavras de Santos “esperavam a realização do inelutável capítulo da revolução socialista como “lei” minimizando assim a ação humana”, ou então, o inverso, posições messiânicas, arraigadas de voluntarismo e moralismo. (Santos, 2007 p. 73)

Ainda que com tais debilidades, a adesão do marxismo e o processo de ruptura possibilitaram ao Serviço Social refundar suas bases, construindo uma postura crítica à organização capitalista e as forças ditatoriais. Porém, a radicalidade, característica da postura deste momento, mistificou alguns aspectos da profissão. Pode-se notar neste primeiro momento, uma ruptura política, porém não de método, explicitado na positividade do marxismo incorporado.

Igualmente, nota-se a apropriação do epistemologismo:

Mostra disso pode ser verificada na formação profissional por meio do currículo do curso de graduação em Serviço Social aprovado em 1982 e sua estruturação em três eixos dissociados: o da História, o da Teoria e a do Método. O agravante, para além da dissociação, é o fato mesmo de serem estes os eixos da formação profissional do Assistente Social, ou seja, de representarem neste momento a particularidade da profissão. Esta concepção de Serviço Social está determinada pelo entendimento do marxismo como um “modelo”, derivando em polêmicas diversas que pareciam “fechar” o Serviço Social nele mesmo. (Santos, 2007, p. 76)

Como já visto, o Código de Ética de 1986 foi um produto deste processo, que, com suas particularidades, também, caracterizou o Serviço Social da época. Nele evidenciam-se pressupostos que, transposto pela categoria para uma leitura da sociedade e suas relações, apreendia-se uma leitura marxista positivada, refratando uma “verdade marxista”, detentora dos valores éticos e morais a ser aplicada na prática.

Santos (2007) sinaliza que a produção teórica dessa época não conseguiria empreender toda grandeza desse movimento e, portanto, as carências teóricas levariam a sua reflexão e a sua superação. Todavia, a autora aponta que a incorporação do pensamento de

Marx tal como foi feito, é um dos fatores que leva o costumeiro jargão que “a teoria na prática é outra”.

O ideal almejado com a apropriação da epistemologia marxista era a unidade - ou uma identidade - entre a junção teoria e prática, de modo a primeira moldar a segunda, obtendo então, a teoria aplicada. Nesses termos a expectativa era que o Assistente Social fosse uma agente de transformação social, que Iamamoto caracterizou como um “messianismo (traduzido) numa visão “heroica”, ingênua das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social” (Iamamoto, 1992 *apud* Santos, 2007 p.77)

Toda essa configuração do Serviço Social do imediato momento, posterior a Reconceituação, levou a uma frustração pela falta de correspondência com a realidade e as reais possibilidades do Serviço Social. Todavia as carências e simultaneamente esta falta de correspondência com o real foi superada (como já visto), pela apropriação ontológica da vertente crítica-dialética, presente na reformulação do Código de Ética profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão também de 1993, e na Elaboração das Novas Diretrizes Curriculares para a formação profissional de Assistente Social de 1996, superando o universo eclético da década 1980, trazendo desse modo, a sociedade civil para o centro do debate. Tal inversão, que Santos denominou de “apreensão ontológica do marxismo”, captou as mediações que estiveram ausentes e sistematizou no projeto ético-político profissional.

O movimento inerente do capitalismo implica em uma constante transmutação da organização econômica e social, consubstanciando numa frequente reordenação do mundo do trabalho alterando, também, a questão social, trazendo para o grupo de assistentes sociais novas e velhas demandas.

A apropriação da ontologia da teoria social de Marx permitiu uma leitura mais precisa da questão social. Porém, o próprio exercício exigido do Serviço Social em compreender os fenômenos acerca do dito movimento capitalista e suas refrações, principalmente a partir de 1990, em que a questão social se complexifica substancialmente em escalas mundiais com a crise econômica recorrente neste período, requer um processo constante de aprimoramento intelectual do profissional de Serviço Social, tomando a questão social como objeto de trabalho, o que está, também, em permanente alteração, exigindo, portanto, um recíproco e constante aprimoramento.

O assistente social, apropriando-se dessas bases, deve lançar sobre a realidade, objeto de sua intervenção, uma análise que, não lhe permitindo conceber o pensamento dissociado do ser, entende a consciência como momento teórico da vida real dos homens. Nesse sentido, não pode haver nem dicotomia nem identidade entre

teoria e prática. Isso porque, em primeiro lugar, de acordo com Marx (s/d.: 203), “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Portanto, nem sempre a objetivação dos resultados corresponde ao projeto idealizado pelos sujeitos. Em segundo lugar, essas esferas (teoria e prática) possuem particularidades e mantêm uma autonomia no interior da unidade que as vincula indissociavelmente. (Santos, 2007, p. 81 - 82)

Em relação a pós-modernidade, Santos (2007) orienta que, suas bases estão radicadas na crise recente do capitalismo, postulando, portanto, o esgotamento da modernidade. Todavia, na concepção de modernidade está simplificada na concepção de modernidade burguesa e das experiências históricas do dito socialismo real. É justamente por tal esgotamento que, igualmente, as teorias dela decorrentes não explicam a sociedade atual. Para tanto, o paradigma Pós-Moderno aponta, como substituição a estas concepções, a relativização dos parâmetros das ciências, o ecletismo e o sincretismo nos métodos e ponto de vista.

No Serviço Social a cultura pós-moderna recaiu sob a forma do neoconservadorismo com características típicas do Serviço Social tradicional como o messianismo, a apologia à singularidade e com ações profissionais tecnicistas emergentes às demandas imediatas do espaço de trabalho.

Ressalta-se ainda que a revitalização do conservadorismo profissional com base no neoconservadorismo pós-moderno tem particularidades derivadas não só do momento histórico, mas, sobretudo, do enfrentamento posto pelo movimento de renovação profissional. Ou seja, o conservadorismo agora tem como pré-requisito para se fortalecer a descredibilização da vertente crítico-dialético e o faz do ponto de vista teórico, incorporando as críticas pós-modernas ao marxismo; e do ponto de vista ideopolítico, investindo na deslegitimação do projeto-ético-político-profissional. (Santos, 2007, p. 110 – 111)

A concorrência da direção profissional pode-se ser percebida, principalmente, sob duas manifestações, muito característico deste pensamento: a primeira se caracteriza pela negação dos métodos. Sua sugestão esta relacionado a troca do instrumental técnico-operativo, busca-se respostas diretas e cabais às demandas emergências do espaço institucional, ou seja, práticas conservadoras. Já o segundo se caracteriza pela concorrência formal da direção profissional. Seu discurso aludi à “transformação estratégica” através do exercício da cidadania, da democracia ou por intermédio de políticas sociais, colocando suas idéias, em fóruns acadêmicos e profissionais. Trata-se da concorrência direta de ideias.

4.2 O Trabalho do Assistente Social

Compreender o trabalho do assistente social e sua materialização requer um esforço um pouco maior, isso porque a produção teórica acerca deste debate não foi suficiente, não totalizando então as determinações deste exercício. Assim sendo, temos uma frágil associação entre os fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional cotidiano.

Os restritos investimentos no acervo nas determinações atinentes à mercantilização dessa força de trabalho especializada, inscrita na organização do trabalho coletivo, nas organizações empregadoras, dificultam a elucidação de seu significado social – enquanto trabalho concreto e abstrato – no processo de produção e reprodução das relações sociais, no cenário da sociedade brasileiro contemporâneo. Em outros termos, parte-se do suposto que a identificação da particularidade dessa atividade profissional na divisão social e técnica do trabalho social não se esgota na indicação do valor de uso dos serviços prestados, da qualidade do trabalho realizado. Isto porque ela é também portadora de trabalho humano indiferenciado, trabalho humano abstrato, analisado na óptica de sua quantidade, parte do trabalho social médio, que participa na produção e/ou distribuição da mais-valia socialmente produzida e na luta pela hegemonia entre forças sociais. (Iamamoto, 2008, p. 214)

De todo modo, para compreender o significado do trabalho do Assistente Social deve-se partir da premissa de que se trata de uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho não fugindo, portanto, a estas determinações.

Ao ingressar no mercado de trabalho o Assistente Social vende sua força de trabalho. Isso porque sua força de trabalho (mercadoria) tem um valor de uso, expresso pelo exercício profissional - dotado de características particulares, com qualidade determinada e especializada – dado a complexidade que requer uma formação universitária sendo, então, capaz de responder a determinadas necessidades. Portanto, tem um valor de troca expresso no salário. Este saldo equivale a outras mercadorias necessárias para o desenvolvimento da vida material e espiritual. É desta relação mercantil que se determina o valor da força de trabalho. E, ainda, deve-se considerar as tensões entre o projeto profissional e alienação do trabalho social no marco da luta da coletividade dos trabalhadores enquanto classe.

Pontua-se que o Serviço Social é uma profissão liberal com regulamento próprio e que, portanto, tem assegurado uma relativa autonomia. No entanto, esta autonomia é tensionada pela relação de compra e venda desta força de trabalho, diferenciando conforme o empregador - Estado, iniciativa privada e demais organizações da sociedade civil – e ainda com a singularidade de cada espaço institucional.

O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho se preserve nas várias inserções ocupacionais, o significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições

em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações distintas. Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; interferem nas condições em que se operam os atendimentos, assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregadores especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulados. É nesta condição de trabalhador assalariado que o assistente social se integra na organização no conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora. (Iamamoto, 2008, p. 215)

Nesses termos, a direção social do exercício profissional está condicionada a esses determinantes. Todavia, a relativa autonomia que dispõem a categoria dos assistentes sociais está resguardada por todo um aparato legal e organizativo da profissão passível de reclamação judicial.

Como indica Iamamoto (2008), nesta conjunção de fatores o dilema posto é o distanciamento entre “projeções” e “realidade” entre “teoria” e “prática”, e para sua separação duas questões devem ser consideradas: primeiro, um campo de mediação que transita da análise profissional ao exercício efetivo, considerando, ainda, a diversidade de espaços ocupacionais; e em segundo lugar, a compreensão das relações sociais e suas contradições sem uma leitura unilateral.

Objetivando a discussão, tomamos, a exemplo, o trabalho do assistente social junto ao Estado, que tem sido historicamente o maior empregador dos assistentes sociais. Uma das características que incidem nesta esfera de trabalho e seus campos institucionais é o advento da burocracia¹¹. Esse *ethos* perpassa o exercício profissional através de procedimentos burocráticos e/ou rotineiros que por vezes revela o caráter controlador por parte do Estado. Para tanto, faz-se necessário a estimulação de mecanismos de desburocratização, melhorando a qualidade do atendimento dos usuários que reivindicam seus direitos.

A socialização de informações não se reduz ao mero repasse de recursos e serviços. Na ótica do direito social, em que o sujeito individual ou coletivo são percebidos a partir das demandas coletivas, considerada a realidade macrossocial, eles são parte e expressão. Nesse sentido a socialização de informações expressa uma relação democrática e um canal de reflexão crítica na situação assistente social e usuário. (Iamamoto, 2008, p. 427)

Nesses termos deve-se pontuar o exercício do assistente social, que pode tomar duas vias. De um lado, ao se apropriar de tais informações o assistente social pode representar o lado do Estado, como um agente controlador incorporando condutas autoritárias e burocráticas. Por outro lado, tal apropriação possibilita desvelar o contexto macro e

¹¹ A proposta tomada neste trabalho não pretende fazer uma discussão conceitual sobre “burocracia” e tampouco de suas nuances no aparelho estatal. Para uma maior compreensão ver Lefebvre (1979).

microsocial que se insere o indivíduo, abrindo as possibilidades de acesso a recursos para o usuário e para sua família. Pode ainda agregar um conjunto de informações sobre a demanda em questão subsidiando um estudo para o enfrentamento da questão social e suas expressões no cotidiano.

4.3 A Formação Acadêmica

Em relação à formação acadêmica profissional, Iamamoto (2008) sinaliza para uma série de transformações que passa todo o ensino superior brasileiro, como estas alterações recaem sobre o ensino de Serviço Social e os possíveis problemas futuros no exercício da profissão.

A correlação de força posta esta demarcada sob dois horizontes. Um primeiro que concentram esforços na preservação do ambiente universitário, resguardando a integração do ensino, da pesquisa e da extensão; em assegurar a liberdade didática, científica e administrativa com intuito de produzir e difundir conhecimentos voltados ao interesse das maiorias; por uma universidade que seja centro de produção de ciência, de tecnologia, do cultivo das artes e das humanidades; que seja comprometida com a formação de profissionais com alta competência, para além dos interesses do mercado e do capital. Enfim, uma universidade plural e democrática que forme cidadãos sujeitos dos seus direitos civis, político e sociais. (Iamamoto, 2008)

O segundo pode ser caracterizado pela política aplicada desde o governo Cardoso até o atual governo. A lógica posta é a mercantil e empresarial sustentada na relação contábil de custo/benefício, estimulando a privatização do ensino conforme recomendações de organismos multilaterais, como Banco Mundial (BIRD), Banco internacional de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), como parte da reforma do Estado. Segundo esta lógica, as instituições privadas regidas por critério empresariais, são tidas como referência organizacional; são mais ágeis, eficientes, financeiramente equilibradas. Ao contrário das universidades públicas, as instituições privadas apresentam menor índice de conflitos e tensões políticas, visto que a democracia interna, a luta pela autonomia do saber, o debate crítico e a politização presentes no meio acadêmico (geralmente presente em instituições públicas), são entendidos como nefasto à organização flexível, dotada de agilidade e eficiência.

Nesses termos, a diferenciação entre as instituições e o incentivo às ofertas em instituições privadas se explicitam no texto do BIRD abaixo:

As instituições privadas constituem um elemento importante de alguns dos sistemas de educação pós-secundária mais eficazes que existem no mundo em desenvolvimento. Elas podem reagir de forma eficiente e flexível às mudanças de demanda e ampliam oportunidades educacionais com pouco ou nenhum custo adicional para o Estado. Os governos podem fomentar o desenvolvimento de educação terciária privada, a fim de complementar as instituições estatais como meio de controlar os custos do aumento das matrículas na educação superior, incrementar a diversidade dos programas de ensino e ampliar a participação social no setor terciário (Bird: 1995: 5 *apud* Yamamoto, 2008, p. 436)

A subordinação do ensino à acumulação capitalista e o seu tratamento como mercadoria compromete sua qualidade, gera o desfinanciamento, desvalorização da docência e elimina a pesquisa e a extensão como pilares da educação superior. Neste caminho, a educação tende a ser reduzida, - nas palavras de Yamamoto (2008, p. 437) - “ao treinamento, à transmissão de conhecimentos e ao adensamento que marcam o ensino pasteurizado, fragmentado e parcializado”. A pesquisa desloca-se exclusivamente para a pós-graduação, situada em sua maioria nas universidades públicas. Além disso, temos a regulamentação dos Ensinos à Distância (EAD), aumentando exponencialmente o aumento de vagas no ensino superior. Tais alterações nada mais significam que a mercantilização da educação, ou seja, a educação como um direito social é deslocada para o setor de prestação de serviços definidos pelo mercado, segundo os critérios de produtividade, competição e eficiência.

Estas mudanças já recaem sobre o Serviço Social. Vejamos o panorama que se segue: O número de assistentes sociais em 2007 no país era de 70.500¹². Existem ainda (com base no mesmo ano) 253 cursos de Serviço Social espalhado em todo país dos quais 207 são privados, ou seja, 82% dos cursos existentes e 46 públicas, o equivalente a 18%. O número total de vagas ofertadas é maior que 33.000, sendo distribuídas em 84% das vagas em instituições privadas e 16% em instituições públicas. Desse montante de vagas 70% das vagas ainda são de ensino presenciais (com referência o ano 2007) e 30% de ensino à distância, um número alto visto aos dois anos apenas de sua criação.

Com esses números pode-se inferir que até o ano de 2010 irá dobrar o número de assistentes sociais lançados no mercado. Isso sem levar em conta que as ofertas de vagas, oferecidas pelo ensino a distância no ano de 2007 são acanhadas em relação sua projeção.

Tal crescimento traz sérias implicações para o exercício profissional, para as condições de trabalho em que se realiza e também para a condição salarial, podendo ainda

¹² Fonte: Informação do CFESS, em agosto de 2007 *in* Yamamoto, 2008, p. 438.

supor uma grande taxa de desemprego na área, visto que dificilmente as ofertas de postos de trabalhos crescerão no mesmo ritmo que as ofertas de vagas nas instituições de ensino, pressionando desta forma o piso salarial, a precarização das condições de trabalho e aumentando assim a insegurança no trabalho.

Dados essas alterações no quadro profissional Iamamoto (2008) sinaliza:

O crescimento do contingente profissional, ao tempo em que eleva a lucratividade nos negócios educacionais - um curso barato, voltado predominante ao público feminino - poderá desdobrar-se na criação de um exército assistencial de reserva. Isto é, aquele crescimento poderá figurar como um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade enquanto estratégia de obscurecimento das clivagens de classe e da radicalização da exploração do trabalho que funda a prevalência do capital que rende juros, o qual massacra sua relação com mundo do trabalho. A invisibilidade do trabalho e a naturalização das relações sociais - travestidas na ótica da coesão social - mostram-se como ingredientes ideológicos conservadores numa sociedade que prima pela reprodução acelerada das desigualdades de classes, e convive com permanentes ameaças de revoltas dos segmentos subalternizados. Esta ilação adquire sentido em um ambiente político eivado de políticas públicas que estimulam a assistencialização da pobreza e a sua focalização, em detrimento de um efetivo processo de redistribuição de renda e universalização dos direitos sociais para o conjunto dos trabalhadores, o que é atestado pelos mais elevados índices mundiais de concentração de riqueza que tem lugar neste país. (Iamamoto, 2008, p. 440 - 441)

A adequação da formação universitária às demandas do mercado favorece o processo de submissão dos profissionais às normas do mercado, incapacitando o exercício de desmistificação da questão social. A questão posta não se trata na mera desqualificação do ensino à distância e suas potencialidades e tampouco em subjugar as possibilidades deste modelo de ensino, visto os novos adventos tecnológicos, que por vezes se apresentam como alternativa à educação, como por exemplo, em comunidades isoladas. Trata-se, portanto nos desdobramentos que pode culminar em um processo de despolitização da categoria, comprometendo o atual projeto ético-político profissional; trata-se, também, de compreender esse conjunto alterações em face da lucratividade capitaneadas pelos processos de privatizações. O incentivo ao ensino à distância não se trata, portanto, ao incentivo da ampliação da educação, e sim da ampliação da lucratividade, em detrimento da qualidade do ensino. Este processo permite vislumbrar não só a precarização do ensino, mas também a precarização da qualidade do trabalho dos profissionais formados.

Outra questão posta pela autora é uma suposta coincidência das ofertas de vagas em centros urbanos ou regiões em desenvolvimento. Nesse sentido, lança-se a hipótese da proposital relação territorial, isso é, da concentração das atividades econômicas - e subsequente dos trabalhadores - em pólos e o agravamento da questão social; conseguinte: a

expansão regionalizada do ensino do Serviço Social nestes pólos, reforçando o processo de assistencialização da questão social. (Iamamoto, 2008)

Quanto as diferenças da proposta curricular da ABEPSS para as Diretrizes Curriculares, legalmente vigentes, implica na insegurança de uma formação básica comum condizente com projeto de formação profissional, submetendo então a formação a livre iniciativa das IES. Essa flexibilização do ensino significa, portanto, a rendição da formação aos ditames mercadológicos condizente com os princípios liberais.

O fato consiste que ainda que as Diretrizes Curriculares do Projeto de Formação da ABEPSS preconize pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade; acompanhada da denúncia dos efeitos negativos do processo de privatização do ensino superior – e há de se saber que esta foi fortemente descaracterizada pelo então Ministério da Educação e Desportos, havendo, portanto uma profunda diferença para as Diretrizes Curriculares “legais” – é inegável o peso quantitativo das Instituições de Ensino Superior (IES) de natureza privada no ensino do Serviço Social.

Tal panorama exige um esforço dos órgãos de representação da categoria em defesa do projeto de formação consensuado e de integração com os cursos privados, haja vista também, que estes são espaços ocupacionais dos assistentes sociais e parte de suas atribuições privativas. (Iamamoto, 2008)

CONDIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo realizado buscou-se atender aos objetivos desta monografia. Procurou-se, portanto, estudar a história do Serviço Social brasileiro e a construção do seu Projeto Profissional. O escopo foi identificar a formação da profissão no Brasil e, especificamente, os principais elementos que compuseram a identidade do assistente social e a conformação do Projeto Ético-Político.

Para atingir os objetivos propostos se fez necessário, também, observar o curso histórico do país. Percebe-se que as contingências históricas estabeleceram, com efeito, uma relação dialética com o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro. Portanto, é lançando um olhar sobre estas relações que se consegue compreender as transformações do Serviço Social, o processo de Reconceituação da profissão, as consequentes formulações dos Códigos de Ética e, finalmente, a identidade da categoria.

Para esta compreensão parte-se do entendimento da teoria social crítica que estabelece o homem e a sociedade como sujeitos históricos, que são determinados pelas condicionantes do meio que se inserem, mas que ao mesmo tempo reagem sobre estas, assim fazendo história. E ainda, que agem teleologicamente, ou seja, idealizam um projeto, que nada mais é que a antecipação da finalidade.

Em relação aos projetos, destaca-se a atenção aos projetos societários. Estes se caracterizam por serem projetos macroscópicos que trazem um conjunto de propostas para a sociedade. (Netto, 2006). Em um projeto societário que se circunscreve o projeto profissional do Serviço Social. Parafraseando Netto (2006), pode-se dizer que os Códigos de Ética – e também outros aparatos de regulação jurídico-estatal são, com efeito, a expressão do projeto ético-político profissional. Que determina não só os padrões de conduta normativa de morais e de prescrições de direitos e deveres profissionais. *É, sobretudo, a expressão da escolha de uma opção teórica, ideológica e política. Para tanto, carrega consigo as bases ontológicas que, não só permite a compreensão deste projeto, como também, a legitimam. Justamente por isso se chama “projeto ético-político profissional”.*

Entende-se que seja através destas premissas que se possa compreender a transformação do Serviço Social no país. Nesse sentido, aponta-se como o momento mais importante na transformação do Serviço Social o processo de Reconceituação, no qual a categoria rompe com as práticas conservadoras imprimindo uma visão que desloca o

entendimento da questão social como indivíduo/caso entendendo-o como produto da contraditória relação entre capital e trabalho.

Ressalva-se a importância dos movimentos sociais pró-democracia e dos movimentos operários, sobretudo do ABC paulista, que aqui teve um duplo valor: em primeiro lugar por colocar fim – junto com outros fatores – ao ciclo da Ditadura Militar, consubstanciando na Constituição de 1988. E em segundo lugar, diz respeito a influência que estes movimentos tiveram no Serviço Social. Foi seguindo o influxo da redemocratização do país e a aproximação de uma vanguarda aos movimentos sociais da época que o Serviço Social encontrou as bases para sua Reconceituação. É a partir do militantismo atinente a este período que a categoria se aproximou da classe trabalhadora fazendo posteriormente uma opção clara a este projeto, consubstanciando e expresso no Código de Ética de 1986.

Entretanto a forma como foi apropriada essa vertente teórica - acrítica e eclética - evidencia a fragilidade do Código de 1986, por principalmente não estabelecer uma relação coerente com a realidade social e as possibilidades profissionais, e por ser respaldar em valores classistas, isso é, postular a ética de uma classe como detentora dos valores positivos da sociedade.

Contanto, configura-se também como um momento de suma importância para a profissão a reelaboração deste código, concluído no Código de Ética de 1993. Nele se superou as fragilidades de uma concepção mecanicista da ética. Para isso, o Serviço Social buscou nos estudos realizados sobre a ontologia da teoria social de Marx – feitas principalmente por Lukács – os elementos necessários para superar as fragilidades do Código de 1986. Deste modo, encontrou na categoria “trabalho” a base para compreensão da questão social, permitindo sistematizar um novo código consonante com o projeto profissional escolhido

Esta reformulação foi vital ao Serviço Social contemporâneo. Ele não só supera as fragilidades do código anterior como também se configura como uma ferramenta competente para o enfrentamento das demandas posta pela (nova) faceta neoliberal do capitalismo, bem como, se resguarda das práticas (neo)conservadoras reinvocadas pelo paradigma Pós-Moderno.

No começo do século XXI tem-se, sob a égide das políticas neoliberais, um panorama caracterizado pela retração do Estado, levando a mercadorização dos serviços públicos e (re)invertendo as políticas públicas à assistencialização, descaracterizando-a como direito consagrado, ao passo que (re)filantropiza a questão social, deslocando as demandas sociais para o chamado terceiro setor.

Neste contexto, pontua-se duas questões: a primeira em compreender o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, e como qualquer outro profissional, está submetido à venda de sua força de trabalho. Isso quer dizer que o assistente social está submetido aos ditames da relação empregador/empregado tencionando suas possibilidades nos espaços ocupacionais. Em segundo lugar, as políticas neoliberais recaem duplamente sob o Serviço Social, seja no devenir de demandas, seja na mercadorização do seu ensino. Este último, segundo Yamamoto (2008) leva a preocupação da criação de um “exército assistencial de reserva” que tem impacto sob as condições de trabalho e a reafirmação de lógica assistencialista, e, ainda, a hipótese da despolitização do projeto hegemônico consensuado, haja vista, a má qualidade da formação em detrimento do lucro.

Nesses termos assinala-se como desafio para categoria: fortalecer o espaço pedagógico orientado à compreensão do projeto ético-político profissional e a reapropriação do Código de Ética entre os assistentes sociais, mantendo permanente diálogo com a sociedade, buscando entender a profissão como especialização do trabalho coletivo da sociedade; articular com organizações profissionais, sindicais, sociais, acadêmicas e outras esferas públicas de debate, a mobilização para o controle democrático das políticas sociais e a defesa dos direitos sociais conquistados; e, por fim, reconhecer os limites e possibilidades que a realidade impõe ao Serviço Social, tendo como objetivo final a emancipação do sujeito e a transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1980.
- BARBALET, Jack M. **A Cidadania**. Lisboa: Estampa, 1989.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BIRD. Banco Mundial. **La enseñanza superior**. Las lecciones derivadas de la experiência. Washington DC, 1995.
- BONETTI, Dilsea Adeodata. **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 11. ed. São Paulo (SP): Cortez; Brasília (DF): CFESS, 2010.
- BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1934.
- BRASIL. Código de Ética dos Assistentes Sociais. In: **Legislação Brasileira para o Serviço Social: Coletânea de Leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) Assistente Social**. CRESS/SP (org.), 2006.
- BRAZ, M.. Notas Sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CRESS 7a Região. (Org.). **Assistente Social: Ética e Direitos**. Rio de Janeiro: Daugraf, 2008. (Coletânea de Leis e Resoluções, 5 v. I), p. 78-85.
- CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, 1986.
- CARTAXO, Ana Maria Baimo, **O Projeto Ético-Político do Serviço Social na Contemporaneidade e sua Interface com o Serviço Social Previdenciário** (artigo publicado na semana de serviço social em 2009 na Universidade Federal de Santa Catarina).
- GIANNOTTI, José A. Em torno da questão do estado e da burocracia. **Estudos Cebrap**. São Paulo, v. 20, p. 111-129, abr./jun. 1977.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2.ed. São Paulo: Cortez; (Lima, Peru): CELATS, 1983. 383 p.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2008.
- LAKATOS, E. M; MARCONI, M. **Metodologia Científica**. 2ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, Julio Cesar do Prado. **Inflação, política salarial e sindicatos no Brasil**. São Paulo: LTr, 1985. 136p.

LEFEBVRE, H. **Sociologia de Marx**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária

MAGANO, O. B. **Manual do Direito do Trabalho**. 2 ed. São Paulo: LTr, v. III, 1990.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: UNICAMP: Ensaio, 1990. 329p.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço social: identidade e alienação**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d., v.1.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MIRANDA, A. P. R. CAVALCANTI, P. B. O Serviço Social e sua ética profissional. **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, a. 1, n. 2, jul., 2005. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995. 247p.

NETTO, José Paulo, **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.

NETTO, José Paulo, **A construção do projeto ético-político contemporâneo** in Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1 – Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **Entre o Céu e a Terra: mensurando a utopia?** In: Democracia Viva. N. 6. Rio de Janeiro: IBASE, 1999.

PCB/ Partido Comunista Brasileiro. **Uma alternativa democrática para a crise brasileira**. São Paulo, 1984 Novos Rumos.

PASOLD, C. L. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática**. 12. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

PRADO, R.B. **Curso de Direito Sindical**. 3 ed. São Paulo: LTr, 1991.

PRUNER, D. E. **Os Novos Rumos da Organização Sindical Brasileira**: Uma análise a partir da Proposta de Emenda Constitucional n. 29/3003. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica), Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí (SC), 2004.

RIBEIRO, E. M. **Transformações Societárias e Serviço Social**. In: Serviço Social e Sociedade n. 83. São Paulo: Cortez, 2002.

RIDENTI, Marcelo, **Classes sociais e representações**, São Paulo: Cortez, 2001.

ROMITA, Arion Sayão. **Direito Sindical Brasileiro**. Rio de Janeiro: Brasília/Rio, 1976.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência dos estudos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo, SP: Cortez, 2007. 120 p.

SAUTU, R; Boniolo, P, DALLE, P; RODOLFO, E. **Recomendaciones para la redacción del marco teórico, los objetivos y la propuesta metodológica de proyectos de investigación em ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO 2005. Disponível em: www.Clacso.org.ar/biblioteca